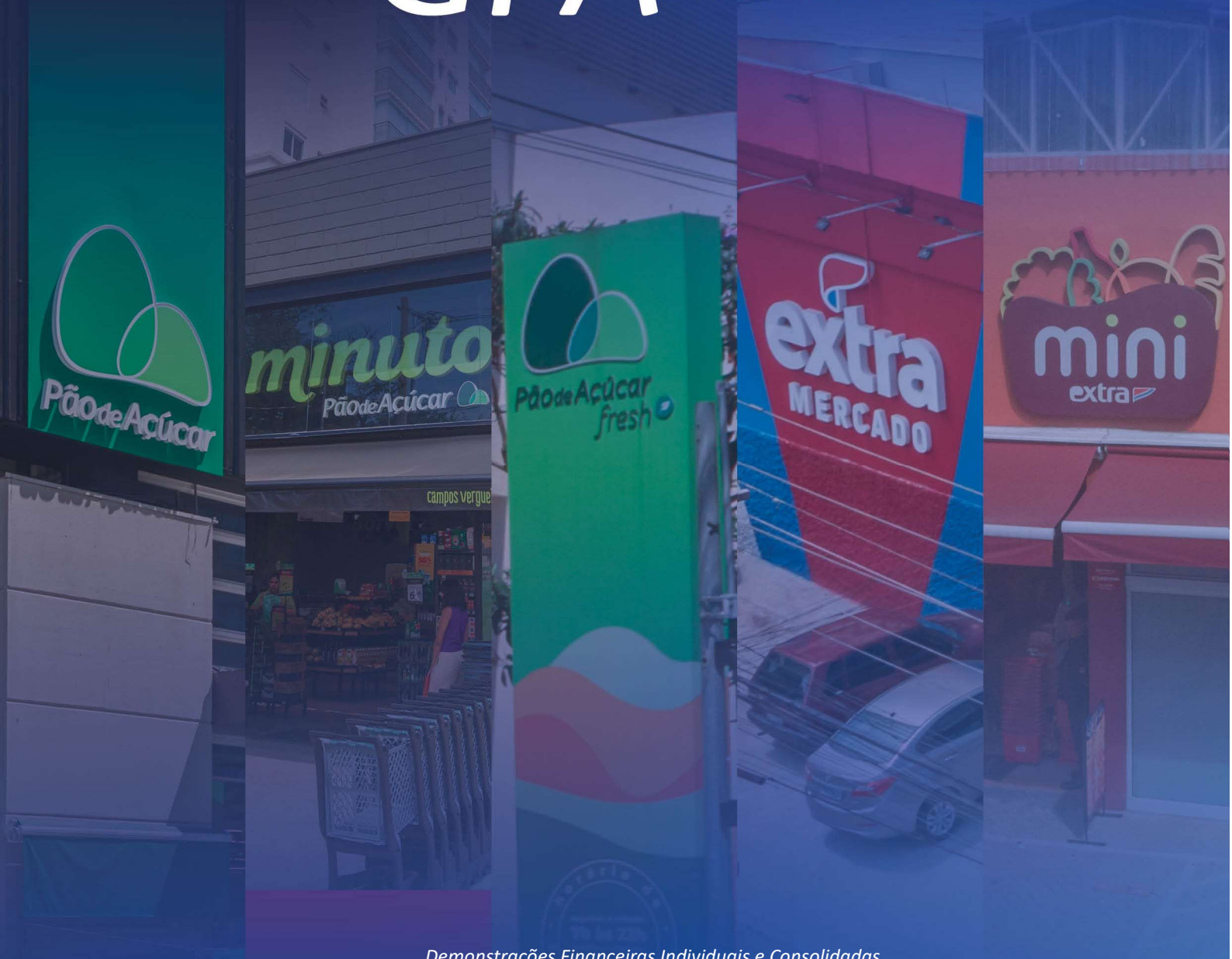


GPA alimentando sonhos e vidas



*Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



minuto
Pão de Açúcar



extra
MERCADO



Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do Auditor Independente sobre
as Demonstrações Financeiras.....03

Mensagem da administração10

Relatório do Comitê de Auditoria12

Declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.....15

Declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações financeiras.....16

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....17

Demonstrações do resultado.....19

Demonstrações do resultado abrangente.....20

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....21

Demonstrações dos fluxos de caixa.....23

Demonstrações dos valores adicionados.....25

Notas explicativas às demonstrações financeiras.....26

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Operações Descontinuadas - Operações dos postos de combustíveis

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.6, nº 32 e nº 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 23 de fevereiro de 2024 foi aprovada a descontinuação da operação de postos de combustíveis da Companhia ("Postos") que, à época, era composta por 71 unidades em diversas regiões do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia já havia negociado 5 unidades, gerando um ganho líquido de R\$9 milhões, registrados no exercício de 2024 em "operações descontinuadas". A venda da totalidade dos postos apresentará um valor total aproximado de R\$200 milhões. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou as transações dos Postos como operação descontinuada, cujo resultado foi um lucro de R\$22 milhões, nos termos do IFRS 5 / CPC 31, bem como apresentou os ativos e passivos correspondentes aos postos, no valor de R\$122 milhões no ativo circulante e R\$117 milhões no passivo circulante. Em função das características dessa transação, a Diretoria da Companhia aplicou julgamento significativo na determinação se essa transação poderia ser classificada como operação descontinuada nos termos da IFRS 5 / CPC 31 e se o estágio da transação permitia a classificação dos correspondentes ativos e passivos como mantidos para venda.

A contabilização dessa transação foi considerada um principal assunto de auditoria em virtude: (i) da significância dos montantes envolvidos; (ii) dos julgamentos significativos efetuados pela Diretoria na determinação do tratamento contábil e do momento da contabilização dos efeitos de resultado na conclusão da transação; (iii) da classificação no balanço patrimonial e demonstração do resultado e respectivas divulgações em notas explicativas; e (iv) do processo não rotineiro e dos julgamentos utilizados pela Diretoria para compilar dados financeiros históricos para apresentação de operações descontinuadas. Esses aspectos requerem um alto grau de julgamento do auditor e uma maior extensão de esforço ao realizar procedimentos de auditoria para avaliar a razoabilidade das conclusões contábeis alcançadas pela Diretoria e as respectivas apresentações e divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à identificação e ao tratamento de transações não usuais significativas, incluindo aquelas específicas às operações descontinuadas.
- Avaliamos o tratamento contábil, incluindo os julgamentos da Diretoria, relacionados à reclassificação para ativo e passivo mantido para venda, por meio de: (i) inspeção e discussão da documentação suporte preparada pela Diretoria, incluindo o memorando técnico contábil; (ii) leitura das atas de reunião do Conselho de Administração; e (iii) leitura e avaliação dos contratos e outras informações.
- Testamos a integridade e acurácia dos ativos e passivos identificados como parte dessas transações, bem como as informações que suportam a mensuração desses ativos e passivos pelos seus valores realizáveis, antes da classificação como disponível para venda.
- Testamos os efeitos contábeis resultantes da transação, incluindo:
 - Inspeção dos contratos para obter uma compreensão dos ativos e passivos incluídos no escopo da transação de venda, comparando os valores com os registros contábeis e as respectivas movimentações no patrimônio líquido e resultado.
- Avaliamos as apresentações e divulgações, incluindo as demonstrações do resultado e notas explicativas, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado nas transações acima descritas e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS e PIS/COFINS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possuía créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS no valor de R\$289 milhões (individual e consolidado) e créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no valor de R\$1.976 milhões no individual e R\$2.019 milhões no consolidado, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente desses impostos a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e natureza da geração futura desses impostos a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis e aplicação de regime especial obtido pela Companhia na apuração de ICMS para certos estados da Federação.

A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do alto nível de complexidade relacionado à legislação brasileira de impostos indiretos (estadual e federal) e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros desses impostos a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade desses créditos tributários, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nesta avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de “impairment” de ativos tangíveis e intangíveis

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 14 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anualmente, a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

Para fins de teste anual de “impairment”, a Diretoria da Companhia determinou o menor agrupamento de ativos operacionais e intangíveis, como fundo de comércio (ou unidades geradoras de caixa - UGC) diretamente atribuíveis às lojas, calculado com base no valor em uso, considerando fluxos de caixa descontados. Como resultado do teste anual realizado em 2024, a Companhia reconheceu perda por “impairment” no montante de R\$137 milhões. As projeções de fluxo de caixa elaboradas pela Companhia para determinação do valor recuperável do grupo de UGCs incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da Diretoria, tais como: taxas de crescimento da receita, taxa de desconto e margem operacional.

A auditoria do teste de “impairment” de ativos tangíveis e intangíveis, elaborado pela Diretoria, foi considerada um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista a relevância do saldo desses ativos, bem como a aplicação de premissas e julgamentos relevantes que impactam as estimativas dos fluxos de caixa projetados e a mensuração do valor recuperável das UGCs e, por consequência, das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes sobre a elaboração, revisão e aprovação das projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa - UGCs.
- Efetuamos a leitura do memorando preparado pela Diretoria com o detalhamento das premissas de cálculos e conclusões acerca da avaliação de “impairment”.
- Efetuamos a avaliação do cálculo de “impairment” preparado pela Diretoria, incluindo as premissas relevantes (como a taxa de desconto e a taxa de crescimento de longo prazo), metodologias de cálculo, determinação dos ativos e UGCs e julgamentos utilizados pela Diretoria.
- Avaliamos a acuracidade matemática e consistência dos modelos preparados pela Diretoria, bem como confrontamos com as projeções aprovadas pela Diretoria da Companhia.
- Envolvemos nossos especialistas em avaliação econômico-financeira para recálculo da taxa de desconto (“WACC”) e taxa de crescimento.
- Avaliamos as divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a mensuração do valor recuperável de ativos e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Randal Ribeiro Sylvestre
Contador
CRC nº 1 SP 265237/O-8

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Chegamos ao ano que marca a entrega do primeiro triênio do projeto de turnaround do GPA. Finalizamos essa etapa do nosso processo de retomada com a sensação de dever cumprido e superação de todas as nossas expectativas, ratificando a resiliência e o potencial da nossa Companhia e da nossa gente. Apesar de 2024 ter sido marcado por um contexto macroeconômico mais desafiador do que o previsto, fomos capazes de superar as adversidades e alcançar resultados excepcionais, alicerçados nos nossos seis pilares estratégicos: vendas, clientes, digital, expansão, rentabilidade e ESG e cultura.

Foram muitos marcos e avanços relevantes, que colocam a Companhia em um novo patamar. Para mencionar alguns deles: evoluímos em nossa estratégia multicanal, consolidando a transformação iniciada em 2023, com a migração de 100% dos pedidos para separação e entrega de nossas centrais de distribuição para nossas lojas. Assim, alcançamos resultados recordes de penetração e pudemos realizar prazos de entregas cada vez mais rápidos, alinhados com a expectativa e necessidade dos(as) nossos(as) clientes. Demos continuidade ao nosso plano de expansão, com foco nas lojas de proximidade no Estado de São Paulo, especialmente da bandeira Minuto Pão de Açúcar, entregando 60 novas unidades no ano.

Nesse ano, replicamos o trabalho de gestão de categorias e ajuste dos estoques realizado no ano anterior no Pão de Açúcar para as lojas do Extra, e passamos a ter o produto certo, na loja certa, com a quantidade adequada, diminuindo as perdas e garantindo a satisfação dos(as) nossos(as) clientes. Outro destaque foi nosso negócio de *retail media*, com a comercialização de espaços publicitários em nossas lojas e rentabilização dos nossos ativos digitais.

Consolidamos a proposta de valor de nossas marcas, com o lançamento da campanha “Você Feliz é Tudo de Pão”, resgatando a essência da felicidade, expressa no DNA do Pão de Açúcar, com o reforço de que a rede está sempre presente nos momentos especiais dos (as) clientes. No Extra, lançamos a “Mais que mais barato”, ressaltando características que vão além da economia, como experiência de compra, qualidade, variedade e ótimo atendimento, posicionando a bandeira como o melhor supermercado do bairro.

Nossa paixão pelo(a) cliente, um dos valores do Grupo, tem refletido resultados positivos, com a evolução da satisfação dos(as) consumidores(as), mensurada pelo Net Promoter Score (NPS), que teve uma incrível melhora, saltando de 72,6 pontos em janeiro, para 80 pontos em dezembro de 2024.

Nossas iniciativas nos pilares ambiental, social e de governança seguiram sendo aprimoradas. No âmbito social, destaca-se o Instituto GPA, com a ampliação do programa Mãos na Massa, de capacitação e geração de renda no segmento alimentar. Atingimos a marca de 49,6% de mulheres líderes, em linha com a meta de 50% até 2025; assinamos o Movimento Raça é Prioridade e Movimento Transparência 100%, ambos realizados pelo Pacto Global da ONU em prol da equidade racial e da governança empresarial, respectivamente. E ainda renovamos nosso compromisso com o combate às mudanças climáticas com a meta de redução de 70% das emissões de gases de efeito estufa até 2040.



Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Ainda nesse ano, como reflexo do novo momento da Companhia, renovamos nossa cultura, a partir da escuta e da pesquisa com nossos(as) colaboradores(as), parceiros de negócios, mercado e sociedade. Mantemos o propósito de “Alimentar sonhos e vidas”, com foco no respeito às pessoas e ao alimento, e ancorados em uma nova missão e valores alinhados à essência do Grupo.

Investimos em nossos(as) colaboradores(as) por meio de programas de desenvolvimento e capacitação – com mais de 689 mil horas de treinamento no ano – e oportunidades internas de crescimento profissional. Demos sequência ao nosso estágio afirmativo para pessoas pretas e pardas, com o recorde de mais de 1,6 mil inscritos, e relançamos o nosso Programa de Trainees, depois de mais de dez anos.

O momento é de celebração por todos os avanços realizados neste primeiro triênio, e de agradecimento aos(às) nossos(as) colaboradores(as), que acreditaram em nossas propostas e nos ajudaram a construir um novo GPA, aos nossos parceiros e fornecedores, que acreditam que juntos chegamos mais longe, e ao Conselho de Administração, por toda a orientação e apoio em nossas decisões.

Seguimos otimistas, iniciando 2025 em um outro patamar para a Companhia, fortalecidos pela assertividade da estratégia adotada que seguirá baseada em nossos seis pilares, e focados na aceleração de ganhos, trabalhando todos os dias para entregar os melhores resultados para nossos(as) acionistas(as) e, principalmente, a melhor experiência de compra para nossos(as) clientes.

Marcelo Pimentel
Diretor Presidente do GPA

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2024

Considerações Iniciais

O Comitê de Auditoria (“**Comitê**”) da Companhia Brasileira de Distribuição (“**Companhia**”) é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração.

As responsabilidades e atribuições dos diversos órgãos de governança que interagem com o Comitê de Auditoria estão identificadas no portal de Relações com Investidores da Companhia, acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.gpari.com.br/>

Atividades do Comitê em 2024

O Comitê reuniu-se, no ano de 2024, em 09 sessões, sendo 5 delas ordinárias, agendadas conforme calendário anual oficial, e as restantes extraordinárias, tendo perpassado pelos temas que são de sua competência, conforme previsto no Art. 12 de seu Regimento Interno, quais sejam:

- a) sugerir alterações ao seu Regimento Interno, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;
- b) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo:
 - i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia;
 - e
 - ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar:
 - (1) a sua independência;
 - (2) a qualidade de serviços prestados; e
 - (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.
- c) avaliar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, as demonstrações intermediárias e as informações trimestrais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo:
 - i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia; e
 - ii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras.
- d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimento relacionados com:
 - (i) a remuneração da administração;
 - (ii) a utilização de ativos da Companhia;
 - (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia; e
 - (iv) aderência às práticas de governança corporativa e gestão;
- f) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações;

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

- g) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia;
- h) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, podendo reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- i) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, e que deve ser mantido na sede social da Companhia e à disposição da CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- (i) as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos;
 - (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia;
 - (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação;
 - (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos referentes ao período; e
 - (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- j) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos da Companhia, inclusive os regulamentos e os normativos internos aplicáveis à Companhia e os procedimentos específicos de proteção ao prestador e da confidencialidade da informação;
- k) avaliar e monitorar os mecanismos de controle e verificação do cumprimento da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos pela Companhia; e
- l) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

As reuniões contaram com a presença de membros da Diretoria, da auditora interna e outros gestores da Companhia. Os auditores independentes estiveram presentes em 08 reuniões do Comitê.

Com base nas análises das informações prestadas pela Gestão da Companhia e pela Auditoria Independente, bem como no acompanhamento das atividades da Diretoria de Gestão de Riscos, Auditoria Interna, Corporate Forensic, Controles Internos, Compliance e Ouvidoria, o Comitê concluiu que todos os temas relevantes foram dados a conhecer e estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram devidamente auditadas pelo auditor independente Deloitte Touche Tohmatsu (DTT).

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Por fim, o Comitê recomenda que as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 sejam encaminhadas para deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025.

Christophe José Hidalgo

Coordenador

Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira

Rachel de Oliveira Maia

Giselia da Silva

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras

Em conformidade com o inciso VI, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025.

Diretoria

Marcelo Pimentel
Diretor Presidente

Rafael Russowsky
Diretor Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Declaração da diretoria sobre o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em conformidade com o inciso V, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024, emitido nesta data.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025.

Diretoria

Marcelo Pimentel
Diretor Presidente

Rafael Russowsky
Diretor Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Companhia Brasileira de Distribuição



Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024
(Em milhões de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.106	2.794	2.631	2.971
Aplicações Financeiras	7	15	499	15	777
Contas a receber	8	368	420	408	458
Outras contas a receber	9	38	66	47	115
Estoques	10	2.014	1.951	2.014	1.952
Tributos a recuperar	11	598	1.028	647	1.078
Outros ativos circulantes		229	169	232	172
		5.368	6.927	5.994	7.523
Ativos mantidos para venda ou distribuição	32	114	-	122	-
Total do ativo circulante		5.482	6.927	6.116	7.523
Não circulante					
Outras contas a receber	9	841	810	841	810
Tributos a recuperar	11	2.364	2.534	2.368	2.536
Instrumentos financeiros derivativos	18.1	23	1	23	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	1.157	1.051	1.184	1.078
Partes relacionadas	12	13	241	5	52
Depósitos judiciais	21.7	329	513	332	517
Outros ativos não circulantes		139	120	140	119
Investimentos em controladas e associadas	13	1.334	1.276	804	864
Imobilizado	14	6.142	6.562	6.146	6.577
Intangíveis	15	1.677	1.907	1.744	1.973
Total do ativo não circulante		14.019	15.015	13.587	14.527
Total do ativo		19.501	21.942	19.703	22.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024
(Em milhões de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante					
Fornecedores	16	2.942	2.677	2.976	2.729
Fornecedores convênio	16	372	524	372	524
Empréstimos e financiamentos	17	849	972	849	972
Passivo de arrendamento	22	454	473	451	474
Salários e encargos sociais		419	368	437	381
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	68	80	72	82
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	19	380	324	385	328
Partes relacionadas	12	52	206	6	85
Financiamento por compra de ativos		156	112	156	112
Receitas a apropriar	23	30	37	173	168
Outros passivos circulantes		343	356	362	370
		6.065	6.129	6.239	6.225
Passivos sobre ativos mantidos para venda ou distribuição	32	106	-	117	-
Total do passivo circulante		6.171	6.129	6.356	6.225
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	3.196	4.302	3.196	4.302
Passivo de arrendamento	22	3.873	3.822	3.877	3.826
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	286	270	286	270
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	19	625	69	625	69
Provisão para demandas judiciais	21	2.038	2.148	2.042	2.151
Receitas a apropriar	23	59	75	59	75
Outros passivos não circulantes		327	410	327	410
Total do passivo não circulante		10.404	11.096	10.412	11.103
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas controladores	24				
Capital social		2.511	1.807	2.511	1.807
Reservas de capital		(63)	26	(63)	26
Reservas de lucros		479	2.886	479	2.886
Outros resultados abrangentes		(1)	(2)	(1)	(2)
		2.926	4.717	2.926	4.717
Participação de acionistas não controladores		-	-	9	5
Total do patrimônio líquido		2.926	4.717	2.935	4.722
Total do passivo e patrimônio líquido		19.501	21.942	19.703	22.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
			Reapresentado		Reapresentado
Receita de venda de bens e serviços	25	18.663	17.701	18.790	17.793
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	26	(13.584)	(13.084)	(13.618)	(13.096)
Lucro bruto		5.079	4.617	5.172	4.697
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	26	(3.037)	(3.021)	(3.040)	(3.011)
Gerais e administrativas	26	(591)	(521)	(648)	(574)
Depreciação e amortização		(1.027)	(993)	(1.045)	(1.007)
Resultado de equivalência patrimonial	13	101	732	64	768
Outras despesas operacionais, líquidas	27	(939)	(211)	(939)	(213)
		(5.493)	(4.014)	(5.608)	(4.037)
(Prejuízo) lucro operacional		(414)	603	(436)	660
Resultado financeiro líquido	28	(1.291)	(1.066)	(1.241)	(1.006)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.705)	(463)	(1.677)	(346)
Imposto de renda e contribuição social	20	36	430	12	418
(Prejuízo) lucro líquido das operações continuadas		(1.669)	(33)	(1.665)	72
(Prejuízo) Lucro líquido das operações descontinuadas	33	(738)	(2.238)	(738)	(2.206)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(2.407)	(2.271)	(2.403)	(2.134)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores da Companhia				(2.407)	(2.271)
Acionistas não controladores				4	137
				(2.403)	(2.134)
				31.12.2024	31.12.2023
(Prejuízo) lucro líquido atribuível aos acionistas controladores por ação (Média ponderada do exercício – R\$)	29				
Básico				(5,39528)	(8,41175)
Diluído				(5,39528)	(8,41690)
Prejuízo Lucro líquido das operações continuadas por ação	29				
Básico				(3,74106)	0,26299
Diluído				(3,74106)	0,25784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.407)	(2.271)	(2.403)	(2.134)
- Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado				
Variação cambial de investimento no exterior	-	1.772	-	2.038
Outros	1	(22)	1	(22)
Resultado abrangente do exercício	(2.406)	(521)	(2.402)	(118)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores da Companhia			(2.406)	(521)
Acionistas não controladores			4	403
			(2.402)	(118)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhões de reais)



	Reservas de capital				Reservas de lucros							Patrimônio atribuído aos acionistas controlados	Participação de acionistas não controlados	Total
	Capital social	Outras reservas	Opções de compra	Ações em tesouraria	Legal	Expansão	Retenção de lucros	Reserva de Subvenção	Outras reservas	Lucros (prejuízo) acumulados	Outros resultados abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.861	2	316	(1)	705	2.326	1.681	2.584	(5)	(172)	(1.752)	11.545	2.188	13.733
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.271)	-	(2.271)	137	(2.134)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.772	1.772	266	2.038
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)	-	(22)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.271)	1.750	(521)	403	(118)
Transferência entre capital social e reservas (nota 24)	2.605	(2)	(306)	-	(515)	(1.701)	(81)	-	-	-	-	-	-	-
Opções de ações outorgadas (nota 24)	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	16
Dividendos declarados aos não controladores (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(106)	(106)
Valorização PUT subsidiária Disco (**)	-	-	-	-	-	-	(54)	-	-	-	-	(54)	52	(2)
Correção por hiperinflação de controlada (nota 3.5) (**)	-	-	-	-	-	-	385	-	-	-	-	385	17	402
Desconsolidação - Êxito	(6.659)	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	(6.654)	(2.549)	(9.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.807	-	26	(1)	190	625	1.931	2.584	-	(2.443)	(2)	4.717	5	4.722

(**) Itens relacionados com os ativos e passivos desconsolidados do Êxito (Vide nota 1.2).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhões de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Lucros (prejuízo) acumulados	Outros resultados abrangen- tes	Patrimônio atribuído aos acionistas controlado- res	Participação de acionistas não controlado- res	Total
	Capital social	Outras reservas	Opçõe s de compr a	Ações em tesou- raria	Legal	Expan- são	Reten- ção de lucros	Reserva de Subvenção					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.807	-	26	(1)	190	625	1.931	2.584	(2.443)	(2)	4.717	5	4.722
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.407)	-	(2.407)	4	(2.403)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.407)	1	(2.406)	4	(2.402)
Aumento de capital	704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	704	-	704
Opções de ações outorgadas (nota 24)	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	14	-	14
Custo oferta pública de ações	-	(103)	-	-	-	-	-	-	-	-	(103)	-	(103)
Compensação prejuízo de anos anteriores	-	-	-	-	-	(512)	(1.931)	-	2.443	-	-	-	-
Compensação prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(113)	-	(2.294)	2.407	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.511	(103)	40	(1)	190	-	-	290	-	(1)	2.926	9	2.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(2.407)	(2.271)	(2.403)	(2.134)
Ajuste para reconciliação do lucro líquido				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 20.3)	(106)	(388)	(105)	(282)
Ganho na alienação do imobilizado e intangível	364	(27)	362	(14)
Depreciação e amortização	1.149	1.121	1.167	1.136
Juros e variações monetárias	1.318	1.417	1.334	1.670
Ajuste a valor presente	(1)	-	(1)	-
Resultado de equivalência patrimonial (nota 13.3)	(101)	(732)	(64)	(699)
Provisão para demandas judiciais	824	(78)	824	(87)
Pagamento baseado em ações	14	16	14	16
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2 e 9.1)	2	4	2	20
Provisão para obsolescência e quebra (nota 10.2)	(25)	37	(25)	43
Receita a apropriar (nota 23)	(21)	(23)	(21)	(77)
Baixa de passivo de arrendamento (nota 22.2)	(135)	(138)	(135)	(142)
Outras despesas/receitas operacionais	235	-	235	-
Ganho/Perda na venda de subsidiária	-	1.715	1	2.082
	1.110	653	1.185	1.532
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	50	(83)	48	(20)
Estoques	(55)	57	(55)	147
Tributos a recuperar	602	308	599	173
Outros ativos	(99)	150	(59)	149
Partes relacionadas	78	(96)	39	(136)
Depósitos judiciais	159	216	160	225
Fornecedores	266	162	247	(2.100)
Fornecedores - Convênio	(151)	(72)	(151)	588
Salários e encargos sociais	51	85	55	93
Impostos e contribuições a recolher	(245)	(70)	(242)	265
Imposto de renda e contribuição social, pagos	-	-	(2)	(204)
Pagamento de demandas judiciais	(531)	(215)	(531)	(222)
Receita recebida a apropriar	86	11	105	14
Demais contas a pagar	(165)	100	(159)	39
Dividendos recebidos	124	240	124	20
	170	793	178	(969)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.280	1.446	1.363	563

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota 14.4)	(607)	(717)	(608)	(1.014)
Aumento do ativo intangível (nota 15.3)	(78)	(119)	(95)	(157)
Venda de bens do imobilizado	273	872	280	876
Caixa - desconsolidação do Êxito	-	-	-	(1.257)
Aquisição de propriedade para investimento	-	-	-	(31)
Aplicação Financeira	483	(17)	761	(14)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	71	19	338	(1.597)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	659	-	659	-
Captações (nota 17.2)	1.829	484	1.829	1.718
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (nota 17.2)	(2.598)	(1.279)	(2.598)	(1.416)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos (nota 17.2)	(1.051)	(605)	(1.051)	(729)
Pagamentos de passivo de arrendamento e juros (nota 22.2)	(878)	(900)	(880)	(1.166)
Pagamento de dividendos ao não controlador	-	-	-	(112)
Aquisição de sociedade	-	(3)	-	(3)
Transações com não controladores	-	-	-	3
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(2.039)	(2.303)	(2.041)	(1.705)
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(688)	(838)	(340)	(2.739)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	89
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.794	3.632	2.971	5.621
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.106	2.794	2.631	2.971

As principais transações como efeitos não caixa estão divulgadas na nota 31.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Receitas				
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	19.910	19.059	20.048	19.159
Perda com créditos de liquidação duvidosa	(38)	3	(38)	3
Outras receitas	414	913	419	914
	20.286	19.975	20.429	20.076
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(13.197)	(12.849)	(13.228)	(12.872)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros	(2.993)	(2.894)	(3.029)	(2.915)
	(16.190)	(15.743)	(16.257)	(15.787)
Valor adicionado bruto	4.096	4.232	4.172	4.289
Retenções				
Depreciação e amortização	(1.143)	(1.109)	(1.161)	(1.122)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	2.953	3.123	3.011	3.167
Recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	101	732	64	768
Receitas financeiras	192	577	248	641
Outros (resultado de operações descontinuadas)	(738)	(2.238)	(738)	(2.206)
	(445)	(929)	(426)	(797)
Valor adicionado total a distribuir	2.508	2.194	2.585	2.370
Colaboradores	2.746	2.536	2.791	2.563
Remuneração direta	1.571	1.467	1.595	1.483
Benefícios	340	334	343	336
F.G.T.S.	148	135	150	136
Outros	687	600	703	608
Impostos, taxas e contribuições	676	257	700	265
Federais	(391)	(283)	(363)	(271)
Estaduais	886	423	882	419
Municipais	181	117	181	117
Financiadores externos	1.493	1.672	1.497	1.676
Juros	1.488	1.658	1.492	1.661
Aluguéis	5	14	5	15
Remuneração capitais próprios	(2.407)	(2.271)	(2.403)	(2.134)
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Lucros retidos	(2.407)	(2.271)	(2.407)	(2.271)
Participação de acionistas não controladores	-	-	4	137
Valor adicionado total distribuído	2.508	2.194	2.585	2.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia" ou "CBD"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo" ou "GPA"), atua no segmento varejista de alimentos, e outros produtos por meio de sua cadeia de supermercados e lojas especializadas, principalmente sob as bandeiras "Pão de Açúcar", "Minuto Pão de Açúcar", "Mercado Extra" e "Minimercado Extra". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia também operava em outros países da América Latina por meio da controlada Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai sob as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. O processo de segregação e descontinuidade das atividades do Éxito no GPA foi concluído no terceiro trimestre de 2023 e em 23 de janeiro de 2024 após a conclusão da OPA lançada pelo comprador para a aquisição das ações do Éxito, na Colômbia e Estados Unidos, o GPA recebeu o montante de US\$156 milhões (correspondente a R\$789 milhões em 23 de janeiro de 2024, incluído nesse valor o efeito positivo no valor de R\$ 12 do hedge contratado no dia 31 de outubro de 2023) pela venda da totalidade da participação remanescente do GPA no capital social do Éxito.

As ações da Companhia são negociadas no nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3")) denominado Novo Mercado, sob o código "PCAR3. Além disso, subsequentemente a deslistagem da Bolsa de Valores de Nova York, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2024, as ADSs da Companhia (ADR nível I) passaram a ser negociadas no mercado de balcão dos EUA ("Over-the-Counter" ou "OTC"), sob o código "CBDBY".

A Companhia era controlada de forma direta pela Ségisor, tendo como controlador final o Casino Guichard-Perrachon ("Casino"), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris. Em virtude da oferta primária de ações (nota 1.1), a participação do Casino passou de 40,89% para 22,53% deixando de ser o acionista controlador da Companhia em 18 de abril de 2024, com a posse dos novos membros do Conselho de Administração.

1.1 Oferta primária de ações.

Em 13 de março de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 220.000.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ao preço por ação de R\$ 3,20 reais, perfazendo, portanto, o montante total da oferta de R\$704. O custo desta transação foi de R\$103, e inclui os custos com assessores, advogados, bancos e premiações extraordinárias a administradores e colaboradores.

Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$2.511, dividido em 490.177.018 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As Ações objeto da Oferta passaram a ser negociadas na B3 S.A em 15 de março de 2024 e a liquidação física e financeira das ações ocorreu no dia 18 de março de 2024.

A Companhia utilizou os recursos líquidos provenientes da Oferta, integral e exclusivamente, para redução da sua alavancagem financeira, por meio do pré-pagamento de contratos financeiros mantidos com instituições financeiras.

1.2 Transação de segregação e descontinuação das operações da Controlada Êxito na Companhia.

Em 5 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia tomou conhecimento do resultado de estudos preliminares para eventual segregação do GPA e do Êxito, autorizando a Administração a finalizar os estudos acerca dessa transação, bem como a avaliar as medidas necessárias para a sua respectiva formalização, incluindo todas as providências para a criação dos programas de BDRs (Brazilian Depositary Receipts) e ADRs (American Depositary Receipts) do Êxito no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente.

Em 30 de dezembro de 2022 o Êxito apresentou o pedido de registro de companhia aberta categoria "A", o pedido de registro do programa de Brazilian Depositary Receipts Nível I ("BDR") perante a CVM, e o pedido para listagem dos BDRs perante a B3.

A Companhia concluiu também as autorizações prévias necessárias dos principais credores financeiros durante o exercício findo de 2022.

A Administração cumpriu os principais requisitos do processo de segregação da sua controlada Êxito em 2022, e de acordo com o CPC 31/IFRS 5 (Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuadas), a controlada Êxito e suas subsidiárias foram apresentadas como ativos mantidos para distribuição no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e operações descontinuadas no resultado daquele exercício. Nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, o resultado da controlada Êxito e suas subsidiárias foi apresentado em operações descontinuadas no resultado do exercício, até a perda efetiva de controle pelo GPA, ocorrida em 31 de julho de 2023.

Em 03 e 04 de abril de 2023, a CVM e a B3 deferiram o pedido de registro do Êxito como companhia aberta categoria "A" e o pedido para listagem do Êxito e a admissão à negociação dos Brazilian Depositary Receipts Nível II ("BDRs") de sua emissão perante a B3, respectivamente.

Em 03 de julho de 2023, foi realizado o pedido público para o registro do Êxito, por meio da declaração contida em seu formulário 20-F, perante a U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") e em 25 de julho de 2023 a SEC declarou a efetividade do formulário 20-F do Êxito. Com isso foi encerrado o processo de revisão do pedido de registro perante a SEC e o Êxito passou a ser registrado como companhia aberta nos três mercados (Brasil, Colômbia e Estados Unidos).

Em 08 de agosto de 2023 foi informada a obtenção da autorização da Superintendência Financeira de Colômbia (SFC), órgão regulador colombiano, para a transferência das ações do Êxito que foram entregues aos acionistas do GPA no âmbito da Transação. A Companhia deixou de exercer o controle sobre o Êxito nesta data, consolidando o mesmo até o período findo em 31 de julho de 2023.

A segregação da ação ocorreu após o encerramento do pregão de 22 de agosto de 2023 da B3. Os detentores de ações ordinárias de emissão do GPA receberam 1 BDR para cada ação do GPA. A partir de 23 de agosto de 2023, as ações passaram a ser negociadas "ex-direito" ao recebimento de BDRs e os BDRs passaram a ser negociados na B3 sob o código "EXCO". O crédito dos BDRs ocorreu no dia 25 de agosto. Os detentores de ADRs do GPA, por sua vez, receberam um ADR de Êxito para cada 2 ADRs de GPA, sendo que os ADRs de Êxito começaram a ser negociadas normalmente ("regular way") na NYSE a partir de 29 de agosto de 2023 sob o código "EXTO".

As ações distribuídas representam aproximadamente 83% da participação do GPA no capital social do Êxito. O GPA manteve uma participação minoritária no Êxito de 13,31%.

Em 30 de outubro de 2023, a AGE aprovou a ratificação do montante da redução de capital social do GPA em R\$6.659 (vide nota 24), sem mudança na quantidade de ações de Êxito a ser entregue. Anteriormente, em AGE ocorrida em 14 de fevereiro de 2023 foi aprovada a redução de capital do GPA no valor de R\$7.133 mediante a entrega aos acionistas do GPA de 1.080.556.276 ações ordinárias de emissão do Êxito de propriedade do GPA, sendo 4 ações de emissão do Êxito para cada ação do GPA.

A Companhia aplicou o CPC 36/IFRS10 para o registro da perda de controle, cujos efeitos são detalhados na nota 33 de operações descontinuadas, e incluem principalmente (i) a reciclagem do ajuste acumulado de conversão do balanço no valor de R\$(1.360) e (ii) o efeito da re-mensuração a valor justo da participação remanescente líquida da baixa do investimento no valor de R\$(746) na data da perda de controle.

A Companhia avaliou também a contabilização da participação remanescente a luz do CPC 18 /IAS28, considerando todos os fatores tal como o acordo de acionista assinado em 09 de agosto de 2023, e concluiu na ausência de influência significativa. Desta forma, a participação remanescente está sendo registrada como um ativo financeiro por meio de resultado (FVTPL) em aplicação do CPC 48/IFRS9, na rubrica “Aplicações financeiras”. Além do efeito de remensuração na data da perda de controle em aplicação do CPC 36/IFRS10, a Companhia registrou a variação do valor justo do ativo financeiro entre a perda de controle e o período findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 153, no resultado financeiro, na categoria de rentabilidade de equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Em 13 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a celebração de um pré-acordo com o Grupo Calleja (“Pré-Acordo”), detentor do grupo varejista de supermercados líder em El Salvador que opera sob a marca Super Selectos (“Comprador”), para venda da totalidade da participação remanescente do GPA no Éxito, correspondente a 13,31% do capital social do Éxito, no âmbito de uma oferta pública de aquisição a ser lançada pelo Comprador na Colômbia e nos Estados Unidos da América para aquisição de 100% das ações do Éxito, sujeita à aquisição mínima de 51% das ações (“OPA”). Sociedades do grupo Casino, que possuem 34,05% do capital social do Éxito, também são partes do Pré-Acordo e se comprometeram a vender sua participação na OPA. O valor da OPA, considerando a totalidade das ações do Éxito, é de US\$1.175 milhões equivalente a US\$0,9053 por ação, sendo US\$156 milhões (correspondente a R\$790 milhões na data da aprovação da operação) referente à participação do GPA.

Em 31 de outubro de 2023, a administração da Companhia contratou operação de hedge (NDF – Non-Deliverable Forward) para proteção da exposição cambial referente à venda da totalidade da participação remanescente do GPA no Éxito, correspondente a 13,31% do capital social do Éxito. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo do derivativo é R\$20. Esse valor é apresentado na nota de aplicação financeira.

Em 23 de janeiro de 2024 após a conclusão da OPA lançada pelo comprador para a aquisição das ações do Éxito, na Colômbia e Estados Unidos, o GPA recebeu o montante de US\$156 milhões (correspondente a R\$789 milhões em 23 de janeiro de 2024, incluído nesse valor o efeito positivo no valor de R\$ 12 do hedge contratado no dia 31 de outubro) pela venda da totalidade da participação remanescente do GPA no capital social do Éxito.

1.3 Venda na participação na Cnova

O GPA detinha uma participação societária indireta de 34% no capital social da Cnova N.V. (“Cnova”). Em 8 de setembro de 2023, o Casino propôs iniciar negociações para a venda da participação societária indireta detida pela Companhia na Cnova para uma entidade do grupo Casino, por um preço definido e acordado pelas partes, com base em metodologias usuais de avaliação financeira.

A luz deste evento, em aplicação do CPC18/IAS28, e considerando as provisões contidas no CPC25/IAS37, a Companhia avaliou se ainda restava obrigação legal ou construtiva frente a sua investida, bem como sua intenção em manter o apoio financeiro nesta investida. Considerando a ausência de obrigação legal de recapitalização da investida pelo GPA, bem como as discussões que culminaram na alienação do investimento e, consequentemente a intenção da Companhia em não manter o apoio financeiro nesta investida, a Companhia reverteu a provisão para perda de investimento no período findo em 30 de setembro de 2023, no valor de R\$872.

A Administração concluiu as negociações para a venda de sua participação societária indireta na Cnova e em 25 de novembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia, com base na recomendação do Comitê Especial Independente constituído em 8 de setembro de 2023, aprovou a proposta de € 10 milhões (R\$53,5 milhões) submetida pelo Casino, com base em fairness opinion elaborado por instituição financeira independente, para a aquisição da totalidade da participação detida pela Companhia na Cnova. O valor da transação tem pagamento em duas parcelas, tendo sido a primeira parcela quitada à vista, representado 80% do montante devido, correspondente a € 8 milhões (R\$42,8 milhões), e a segunda parcela representado o restante do preço no valor de € 2 milhões (R\$10,7 milhões), foi recebido no 1º trimestre de 2024.

Além dos valores acima, foi acordado o pagamento de parcela variável ("Equalization Payment") no caso de uma transação subsequente envolvendo a venda da participação detida pelo Casino em Cnova ou uma reorganização societária da Cnova no prazo de 18 (dezoito) meses, contado a partir da data de liquidação. O objetivo do Equalization Payment é possibilitar à Companhia capturar a potencial valorização suplementar do ativo em uma transação subsequente, visando o melhor interesse da companhia e de seus acionistas. Não há impacto de valor justo a ser registrado referente ao tema em 31 de dezembro de 2024.

1.4 Início do processo de deslistagem na NYSE

Em 29 de Março de 2024 o Conselho de Administração aprovou a deslistagem das ADSs da NYSE. A decisão do Conselho de Administração está restrita apenas à deslistagem das ADS da NYSE. As ações ordinárias da Companhia continuarão sendo listadas e negociadas na B3 S.A, que é o principal mercado de negociação das ações da Companhia.

Imediatamente após a deslistagem das ADSs da NYSE, a Companhia pretende manter seu programa de ADSs. No futuro, a Companhia planeja solicitar um pedido de cancelamento do registro de suas ações ordinárias e ADSs junto à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos ("SEC"). Assim que os requisitos legais forem atingidos e o cancelamento do registro junto à SEC for efetivado, as obrigações de divulgação pela Companhia sob a Lei de Valores Mobiliários dos EUA de 1934 (U.S. Securities Exchange Act of 1934), conforme alterada, estarão encerradas.

O Conselho de Administração da Companhia entendeu que a deslistagem das ADSs da NYSE é o melhor interesse para a Companhia e seus acionistas, levando em consideração: (i) o volume de negociação muito limitado das ADSs em relação ao volume global (B3 e NYSE) de negociação das ações ordinárias da Companhia; (ii) o fato de que a Companhia não tem historicamente buscado captações através da NYSE; e (iii) os custos relevantes associados à manutenção da listagem das ADSs na NYSE e com o registro das ações ordinárias da Companhia e das ADSs junto à SEC, assim como ao cumprimento dos relatórios periódicos e obrigações relacionadas.

Desde setembro de 2023, após a segregação do Almacenes Éxito S.A., as ADSs representaram menos do que 5% do volume médio diário de negociação global (B3 e NYSE) das ações ordinárias da Companhia e nos últimos seis meses de 2024, menos de 1%.

A Companhia notificou a NYSE sobre a aprovação da deslistagem e apresentou o Formulário 25 ("Form 25") à SEC dentro do prazo apropriado. A conclusão do processo de cancelamento do registro na SEC deve acontecer no segundo trimestre de 2025.

1.5 Venda da sede administrativa

A Companhia celebrou em 2 de maio de 2024 uma transação de venda de sua sede administrativa, localizada na cidade de São Paulo, por R\$218 sendo 82% do recebimento em 2024 e 18% em parcelas até mar/26, compreendendo: (i) operação de Sale and Leaseback representado apenas pela torre administrativa que compõe o imóvel por R\$109, onde permanecerá a sede administrativa da Companhia por meio de contrato de locação pelo prazo inicial de 15 anos e um cap rate, aproximado de 9%. O contrato de locação assegura a manutenção das atividades administrativas no mesmo endereço. O impacto da transação em junho de 2024 foi um aumento do direito de uso de R\$66 e aumento do passivo de arrendamento de R\$ 66. Em junho de 2024 a companhia optou por antecipar o recebível referente a transação da venda da torre administrativa junto a Virgo Companhia de Securitização no valor de R\$95, sendo R\$87 o montante recebido pela Companhia e R\$8 registrado no resultado financeiro (nota 28) como custo da transação. O valor de R\$14 já havia sido recebido em maio como garantia da transação. As condições suspensivas para o reconhecimento da receita e baixa do custo foram implementadas em dezembro de 2024 e o impacto no resultado foi uma despesa de R\$(19). (ii) celebração do instrumento particular de compromisso de compra e venda da parte anexa a torre administrativa no valor total de R\$109. O valor total já foi recebido pela Companhia e sendo o valor do custo no mesmo montante, não houve impacto no resultado.

1.6 Venda dos postos de combustíveis.

Em 23 de fevereiro de 2024 a Administração informou ao mercado acerca dos avanços no seu plano para redução da alavancagem financeira por meio da venda de ativos non core e melhoria de eficiência na alocação de capital. Dentro deste contexto, a Companhia tem negociações em curso que objetivam a venda de postos de gasolina da Companhia localizados em diversas regiões do Brasil ("Postos"), por meio de várias transações com diferentes potenciais compradores.

Em 26 de junho de 2024 a Companhia informou que, com a assinatura do contrato para a venda dos 49 postos de combustíveis localizados no Estado de São Paulo, concluiu os contratos definitivos para a maior parte das operações de seus Postos.

A venda dos 71 postos de combustíveis da Companhia, localizados em diversas regiões do Brasil, apresenta um valor total aproximado de R\$200 milhões, que serão pagos da seguinte forma: (i) R\$109 milhões já recebidos até o final de 2024; e (ii) parcelas remanescentes representando aproximadamente R\$91 milhões, mediante a conclusão de outras condições precedentes que objetivam a transferência definitiva dos postos para os compradores de cada região.

A operação de postos do estado de São Paulo, que representa a maior parte do valor total dessa transação, tem como comprador uma empresa do Grupo Ultra. As demais operações, localizadas em oito estados, são representadas por outros compradores. Até a efetiva transferência aos compradores, os postos em funcionamento permanecerão operados pelo GPA, inclusive no que diz respeito à apropriação dos resultados gerados pelas respectivas operações.

Os ativos líquidos e os passivos líquidos dos postos de combustíveis e da sede administrativa são apresentados nos ativos mantido para venda e passivos mantido para venda. Adicionalmente, o resultado operacional dos postos de combustíveis é apresentado separadamente como operação descontinuada a luz do CPC 31 / IFRS5.

1.7 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“demonstrações financeiras”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$. A moeda funcional das controladas e associadas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2025.

A demonstração do resultado do exercício e a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas relacionadas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão sendo reapresentadas em virtude do processo descontinuação dos postos de combustíveis (vide nota 32), considerando os efeitos de tais transações em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 31 / IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas em linha com o pronunciamento técnico CPC31/ IFRS 5.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual devido pela Companhia em suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido e demonstração do resultado.

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas materiais e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1 Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") – ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

(iii) Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

(iv) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar à contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3 e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como hedge de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

- A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de hedge para atender os critérios de qualificação.
- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de hedge) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de hedge ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, aluguéis a receber, contas a receber atacado e contas a receber de transportadoras, é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável - Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em 'despesas com vendas'.

Contas a receber e ativos contratuais - A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- Status de inadimplência risco de default e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados a valor presente.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.3 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circulante e não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o CPC32/ IAS12.

3.4 Conversão de subsidiárias e associadas localizadas em outros países

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas em outros países que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço.
- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em reais utilizando a taxa média, exceto se variações significativas ocorrerem, quando então é utilizada a taxa da data da transação.
- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de variação cambial de investimento no exterior como outros resultados abrangentes.

As diferenças de variações cambiais na conversão de moeda estrangeira são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

3.5 Hiperinflação

A partir de setembro de 2018 a Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária. Conforme CPC 42/ IAS 29 – “Contabilidade em Economia Hiperinflacionária” baseadas na abordagem de custo corrente, os ativos e passivos não monetários, patrimônio líquido e resultados operacionais da subsidiária indireta Libertad, sediada na Argentina, uma subsidiária direta do Êxito, cuja moeda funcional é o peso argentino, estão sendo ajustados para que os valores sejam divulgados na unidade monetária de mensuração no final do exercício.

Esta unidade considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (“IPC”) na Argentina a partir de 1º de janeiro de 2017 e Índice de Preços no Varejo Doméstico da Argentina (“IPIM”) até 31 de dezembro de 2016.

3.6 Contabilização de participações societárias a custo decorrente de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

3.7 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

4.1 Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2024, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Resolução CVM nº199/2024 / CPC 09 (R1) – DVA	Torna obrigatória a divulgação da DVA por todas as Companhias de capital aberto.	01/01/2024
Alterações ao CPC '03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	Definição e divulgação de informações adicionais para financiamento de fornecedores.	01/01/2024
Alterações no CPC 26 / IAS 1	Definição da mudança na divulgação de passivos de longo prazo com Covenants e classificação do passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16	Tratamento do passivo de arrendamento nas transações de Sale and Leaseback.	01/01/2024
Adoção ao IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade.	01/01/2024(*)
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima.	01/01/2024(*)

(*) adoção voluntária

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. As normas IFRS S1 e S2 serão obrigatórias a partir de 2026. A Companhia está avaliando o impacto da adoção dessas normas.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes.

A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no CPC 02 / IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Melhora no critérios de reconhecimento, desreconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza.	01/01/2026
Adoção ao IFRS18	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
Adoção ao IFRS19	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública.	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações aplicáveis até 2026. As normas em vigor após essa data ainda serão avaliadas.

5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Descontinuidade de negócios – Nota 1.2
- Redução ao valor recuperável – *impairment* e vida útil de imobilizado e intangível: Notas 8.2, 9.1, 14.1, 15.1 e 15.2
- Estoques: Constituição de provisões por estimativas de perda: Nota 10
- Tributos a recuperar: Expectativa de realização dos créditos tributários: Nota 11
- Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Mensuração do valor justo dos derivativos: Nota 18
- Provisão para demandas judiciais: Constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade: Nota 21
- Imposto de renda: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis: Nota 20
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental – Nota 22
- Pagamentos com base em ações: Estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação - Nota 24

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas bancárias – Brasil	79	245	79	246
Caixa e contas bancárias – Exterior (*)	94	74	94	74
Aplicações financeiras – Brasil (**)	1.933	2.475	2.458	2.651
	2.106	2.794	2.631	2.971

(*)Em 31 de dezembro de 2024 referem-se aos recursos da Companhia aplicados no exterior, em dólares norte-americanos no montante de R\$94 (R\$74 em 31 de dezembro de 2023).

(**)As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, constituem, substancialmente, operações compromissadas e em CDB, remuneradas pela média ponderada de 97,12% (100,15% em 31 de dezembro de 2023) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

7. Aplicações Financeiras

A companhia possui determinadas aplicações financeiras classificadas separadamente do caixa e equivalentes de caixa em função de características específicas desses títulos. Em 23 de janeiro de 2024 o GPA liquidou a participação remanescente no Grupo Êxito correspondente a 13,31%, por meio do recebimento de US\$156 milhões (correspondente a R\$789 nesta data líquido do derivativo), (nota 1.2), ficando registrado unicamente o valor de R\$15 referente ao CDB (Certificado de Depósito Bancário).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Administradoras de cartões de crédito	82	109	82	109
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota 12.2)	6	8	6	8
<i>Tickets</i> de vendas e duplicatas a receber	219	223	269	272
Cartão de crédito próprio	9	30	9	30
Contas a receber de partes relacionadas (nota 12.2)	18	21	8	9
Contas a receber de fornecedores	35	32	35	32
Provisão para perdas de crédito esperada (nota 8.2)	(1)	(3)	(1)	(2)
	368	420	408	458

8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada, tendo seus custos financeiros reconhecidos no resultado financeiro.

8.2 Provisão para perdas de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
No início do exercício	(3)	(2)	(3)	(2)
Perdas registradas no exercício	(2)	(4)	(2)	(20)
Baixas de contas a receber	4	3	4	25
Desconsolidação Êxito	-	-	-	(7)
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	-	2
No fim do exercício	(1)	(3)	(1)	(2)

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2024	409	399	9	1	-	-
31.12.2023	460	447	9	1	1	2

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber – GCB (*)	626	588	626	588
Contas a receber – Sendas	136	108	136	108
Contas a receber por venda de sociedades	51	61	51	61
Aluguéis a receber	9	15	9	15
Venda de imóveis	2	11	2	11
Outras	58	97	67	146
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 9.1)	(3)	(4)	(3)	(4)
	879	876	888	925
Circulante	38	66	47	115
Não circulante	841	810	841	810

(*) Valores a receber do Grupo Casas Bahia S.A. ("GCB"), subsidiária alienada em 2019. O montante de R\$626 correspondente principalmente ao direito do GPA de receber de GCB o reembolso do crédito tributário decorrente do tema relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex. Após a obtenção de transitado em julgado do processo, o GPA faz jus aos créditos referentes ao período de 2003 a 2010.

9.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
No início do exercício	(4)	(7)	(4)	(7)
Baixas de contas a receber	1	3	1	3
No fim do exercício	(3)	(4)	(3)	(4)

10. Estoques

São contabilizados inicialmente pelo valor do custo e reavaliados ao seu valor líquido de realização. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de acordos comerciais recebidos de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de acordos comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lojas	1.173	1.190	1.173	1.191
Centrais de distribuição	902	847	902	847
Perdas com obsolescência e quebras (nota 10.2)	(61)	(86)	(61)	(86)
	2.014	1.951	2.014	1.952

10.1 Acordos comerciais nos estoques e custos de armazenagem

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$42 (R\$42 em 31 de dezembro de 2023).

10.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
No início do exercício	(86)	(49)	(86)	(49)
Adições/baixas/reversões	25	(37)	25	(43)
Desconsolidação Éxito	-	-	-	6
No final do exercício	(61)	(86)	(61)	(86)

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários no curso normal de suas operações e todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ICMS (nota 11.1)	289	660	289	660
PIS e COFINS (nota 11.2)	1.976	2.153	2.019	2.190
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (nota 11.3)	234	274	238	276
Imposto de renda e contribuição social	427	408	431	419
Outros	36	67	38	69
Total	2.962	3.562	3.015	3.614
Circulante	598	1.028	647	1.078
Não circulante	2.364	2.534	2.368	2.536

11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que grande volume dos itens comercializados no varejo é sujeito à substituição tributária e que, posteriormente, parte do imposto antecipado é objeto de ressarcimento, a Companhia tem realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, o qual foi elaborado considerando a expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados anualmente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo. Em 31 de dezembro de 2024, não foram necessárias quaisquer modificações nos planos anteriormente elaborados.

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	107	107
De 1 a 2 anos	64	64
De 2 a 3 anos	42	42
De 3 a 4 anos	43	43
De 4 a 5 anos	15	15
Após 5 anos	18	18
	289	289

11.2 Créditos de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas e iv) avaliação contábil sobre o tema.

A realização do saldo de PIS e COFINS é apresentada a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	345	388
De 1 a 2 anos	251	251
De 2 a 3 anos	279	279
De 3 a 4 anos	323	323
De 4 a 5 anos	778	778
	1.976	2.019

11.3 INSS

Em 28 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias (INSS) sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não impactam a expectativa de realização dos respectivos créditos. O montante envolvido na controladora e consolidado equivale a R\$169 em 31 de dezembro de 2024 (R\$161 em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas

12.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento) do exercício findo em 2024 e 2023, foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Salário base		Benefícios diretos e indiretos		Remuneração variável (*)		Cessação do cargo (**)		Plano de opção de compra de ações - Nota 24		Total	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Conselho de Administração(*)	11.299	22.701	-	-	-	-	-	-	-	837	11.299	23.538
Diretoria	8.795	22.506	1.905	-	41.708	3.900	-	-	6.664	2.052	59.072	28.458
Conselho Fiscal	-	186	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186
	20.094	45.393	1.905	-	41.708	3.900	-	-	6.664	2.889	70.371	52.182

(*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha. Em 2024 este valor inclui a premiação extraordinária referente a transação de oferta primária para os diretores da Companhia (nota 1.1).

(**) A Companhia mantém acordos contratuais com seus executivos que preveem pagamentos adicionais em caso de cessação do cargo, incluindo, eventualmente, compensações por acordos de não competição e/ou verbas rescisórias de reconhecimento do tempo de serviço e dedicação à Companhia. A Companhia a seu critério avalia se a celebração de um acordo de não competição deve ser efetuada, usualmente no momento do desligamento do executivo. Os valores contratados a título de compensações por acordos de não competição e/ou verbas rescisórias de reconhecimento do tempo de serviço e dedicação à Companhia não são materiais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.2 Saldos e transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes.

	Controladora									
	Clientes		Outros ativos		Saldos				Transações	
					Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<u>Controladas:</u>										
Novasoc Comercial	-	-	8	46	-	-	-	1	9	5
Stix Fidelidade	10	12	-	-	13	13	-	-	(123)	(83)
GPA M&P	-	-	-	-	-	-	33	8	-	-
GPA Logística	-	-	-	143	15	-	13	112	6	12
<u>Associadas:</u>										
FIC	6	8	3	50	3	4	-	-	16	22
<u>Outras Partes</u>										
<u>Relacionadas:</u>										
Grupo Casino (i)	8	9	-	11	-	6	6	9	(4)	(32)
Greenyellow do Brasil										
Energia e Serviços Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	76	-	(107)
(Greenyellow) (ii)										
Outros	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
Total	24	29	13	252	31	23	52	206	(96)	(183)

- (i) Em decorrência da oferta primária de ações da participação do Casino na Companhia, o Casino deixou de ser controlador da companhia a partir de 18 de abril de 2024 (Nota 1.1). O Grupo Casino é composto pelo Casino e pelas empresas controladas diretamente e indiretamente (Euris, Wilkes, Hellico).
- (ii) Em decorrência da alienação da participação do Casino na Greenyellow, a mesma deixou de ser partes relacionadas no segundo trimestre de 2024.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado									
	Saldos								Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (despesas)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<u>Coligadas:</u>										
FIC	6	8	3	50	3	4	-	-	16	22
<u>Outras partes relacionadas:</u>										
Grupo Casino (i)	8	9	-	11	-	6	6	9	(4)	(32)
Greenyellow (ii)	-	-	-	-	-	-	-	76	-	(107)
Outros	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
Total	14	17	5	63	3	10	6	85	12	(117)

(i) Em decorrência da oferta primária de ações da participação do Casino na Companhia, o Casino deixou de ser controlador da companhia a partir de 18 de abril de 2024 (Nota 1.1). O Grupo Casino é composto pelo Casino e pelas empresas controladas diretamente e indiretamente (Euris, Wilkes, Hellico).

(ii) Em decorrência da alienação da participação do Casino na Greenyellow, a mesma deixou de ser partes relacionadas no segundo trimestre de 2024.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes.

As principais operações da Companhia com partes relacionadas são:

- (i) *Grupo Casino*: Celebração de (a) *Cost Sharing e Cost Reimbursement Agreement*: celebrados entre a Companhia, Sendas, Helicco Participações Ltda., Foncière Euris, Casino Services e Casino Guichard-Perrachon S.A. ("Casino") em 1º de agosto de 2014 e 25 de julho de 2016, respectivamente, conforme aditado, para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino decorrentes de atividades de transferência de *know-how* à Companhia e também o reembolso de despesas de colaboradores franceses (expatriados) ao Casino; (b) *Insurance Agreement*: entre a Companhia e Casino para intermediar renovações de determinadas apólices de seguro da Companhia; (c) *Agency Agreement – Global Sourcing e Agency Agreement (IRTS)*: entre a Companhia, Sendas, Groupe Casino Limited e Casino Internacional S.A. em 25 de julho de 2016 e 20 de dezembro de 2004, conforme aditados, para prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia de fornecedores internacionais e (d) *Purchase Agreement*: entre a Companhia, Sendas e E.M.C. Distribution Limited em 6 de junho de 2019 para importação de produtos perecíveis e não perecíveis, em caráter não-exclusivo. Em 31 de dezembro de 2024, apenas os contratos de Cost Sharing e Agency Agreement (IRTS) estão vigentes.
- (ii) *FIC*: contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia e para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú").
- (iii) *Greenyellow*: celebração de (a) contratos com a Companhia para regular os termos da instalação de equipamentos e a prestação de serviços pela Greenyellow de soluções de eficiência energética nos estabelecimentos da Companhia para redução de energia, (b) contratos com a Companhia para a compra de energia comercializada em mercado livre e (c) contrato com a Companhia para venda de equipamentos de sistemas de refrigeração alimentar e suas respectivas instalações, monitoramento, manutenção e automação. Em decorrência da alienação da participação do Casino na Greenyellow, a mesma deixou de ser partes relacionadas no segundo trimestre de 2024.
- (iv) *Stix*: Celebração de *Contrato Operacional* firmado entre a Companhia, Stix e Raia Drogasil, com o escopo de estabelecer regras gerais para a operação do Programa Stix.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Investimentos em controladas e associadas

13.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %			
			31.12.2024		31.12.2023	
			Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
	Controladas					
CBD	Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Holding Empreendimentos e Participações Ltda.("GPA Holding")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	Stix Fidelidade e Inteligência S.A. ("Stix")	Brasil	66,67	-	66,67	-
	Cheftime Comércio de Refeições S/A ("Cheftime")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	Fronteira Serviços Imobiliários Ltda.("Fronteira")	Brasil	-	-	-	100,00
	Place2B Serviços Imobiliários Ltda.("Place2B")	Brasil	-	100,00	-	100,00

A seguir são apresentados os detalhes das associadas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %			
			31.12.2024		31.12.2023	
			Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
FIC	Bellamar Empreend. e Participações S.A. ("Bellamar")	Brasil	50,00	-	50,00	-
	Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	Brasil	-	17,88	-	17,88

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 Informações contábeis das associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas são: i) FIC administradas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), ii) Cnova N.V. que opera principalmente no comércio eletrônico na França e (iii) Tuya, financeira investida do Éxito. Em julho de 2023 devido ao processo de segregação com a entrega de ações do Éxito aos acionistas do GPA, vide nota 1.2, a Tuya deixou de ser uma associada. Em novembro de 2023, em consequência da venda da participação na Cnova, vide nota 1.3, a Cnova N.V também deixou de ser uma associada.

Não há quaisquer restrições por parte das associadas em transferir recursos para a Companhia, como por exemplo em forma de dividendos.

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC	
	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante	9.674	9.649
Ativo não circulante	1	1
Ativo total	9.675	9.650
Passivo circulante	8.161	7.804
Passivo não circulante	101	88
Patrimônio líquido	1.412	1.758
Total passivo e patrimônio líquido	9.675	9.650
Demonstração do resultado:		
Receitas	1.204	1.378
Resultados operacionais	574	486
Lucro líquido do exercício	349	293

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio no valor de R\$122, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco. A Companhia reavaliou a participação remanescente indireta na FIC na ocasião da perda de controle na Bellamar ocorrida em dezembro de 2020 em R\$573.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13.3 Movimentação dos investimentos

	Controladora				
	Êxito	Bellamar	GPA2	Outros	Total
Saldo em 31.12.2022	-	832	30	(793)	69
Equivalência patrimonial	243	51	(286)	724	732
Dividendos e juros s/ capital próprio	(220)	(20)	-	-	(240)
Aumento de capital	-	-	-	5	5
Baixa de investimento	-	-	-	91	91
Outras movimentações	-	-	-	1	1
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	573	-	30	55	658
Desconsolidação Êxito	(596)	-	556	-	(40)
Saldo em 31.12.2023	-	863	330	83	1.276
Equivalência patrimonial	-	64	32	5	101
Dividendos e juros s/ capital próprio	-	(124)	-	-	(124)
Aumento de capital	-	-	-	81	81
Saldos em 31.12.2024	-	803	362	169	1.334

	Consolidado				
	Bellamar	Tuya	Cnova N.V	Outros	Total
Saldos em 31.12.2022	833	-	(863)	-	(30)
Equivalência patrimonial – continuada	51	-	717	-	768
Equivalência patrimonial – descontinuada	-	(71)	-	2	(69)
Dividendos e juros s/ capital próprio	(20)	-	-	-	(20)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	44	56	2	102
Aumento de capital	-	39	-	-	39
Baixa de investimento	-	-	91	-	91
Desconsolidação Êxito	-	(12)	(1)	(4)	(17)
Saldos em 31.12.2023	864	-	-	-	864
Equivalência patrimonial – continuada	64	-	-	-	64
Dividendos e juros s/ capital próprio	(124)	-	-	-	(124)
Saldos em 31.12.2024	804	-	-	-	804

13.3.1 Teste de recuperação dos investimentos

O valor recuperável dos investimentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso. Foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisição) e as projeções foram baseadas no plano de negócio preparado e aprovado pela Alta Administração para os próximos três anos. Foram utilizadas premissas de crescimento da receita líquida equivalente à 5.7% para o período projetado e um crescimento a perpetuidade equivalente à taxa de juros de longo prazo de 3.8%.

A avaliação foi baseada na abordagem de fluxo de dividendos descontados (DDM) sendo os fluxos de dividendos projetados e descontados a valor presente pelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) em um horizonte de projeção e valor residual até 2034. Foi considerada a taxa de desconto em termos nominais de 13,5%.

O teste foi realizado para verificar se o investimento poderia não ser recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável do investimento detido na FIC.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Vida útil (em anos)
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	Entre 24 e 40
Máquinas e equipamentos	Entre 10 e 20
Instalações	11
Móveis e utensílios	Entre 3 e 12
Outros	Entre 3 e 5

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2024 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

14.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (WACC) que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio são apresentados na nota 15.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para avaliação do valor de não realização (impairment) consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. A Administração define a UGC da seguinte forma:

- As lojas do Pão de açúcar e Mercado Extra foram consideradas individualmente como UGC em função do seu porte e sua capacidade individual de gerar caixa.
- As lojas de Proximidade, composta pelas bandeiras do Minuto Pão de Açúcar e Mini Mercado Extra, foram agrupadas em virtude da sua região geográfica. Essas lojas possuem um baixo investimento inicial e possuem o objetivo de proteger uma área/região de novos entrantes.

Todas as lojas são avaliadas no teste de valor recuperável (impairment). As lojas com resultado operacional negativo antes da depreciação e amortização são avaliadas através do fluxo de caixa ou valor de justo. A Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando a taxa de crescimento de 5,7% (5,7% em 2023) e taxa de desconto de 12,1% (8,4% em 2023) limitado pelo prazo médio da vida econômica remanescente dos ativos operacionais de cada UGC ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

As lojas com data de inauguração igual ou inferior a 2 anos não são consideradas no teste de impairment, tendo em vista que a Administração entende que durante este período as lojas estão em fase de maturação das operações.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos testes efetuados, foi necessário registrar uma perda no valor de R\$137 no consolidado, sendo R\$37 no intangível (R\$8 no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente.

	Controladora							Saldo em: 31.12.2024
	Saldo em: 31.12.2023	Adições	Remen- suração	Impairment	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências (*)	
Terrenos	227	-	-	-	-	(34)	(4)	189
Edifícios	361	1	-	7	(12)	(154)	(4)	199
Benfeitorias em imóveis	1.398	70	-	(52)	(141)	(104)	133	1.304
Máquinas e equipamentos	917	104	-	(12)	(166)	(57)	115	901
Instalações	103	5	-	-	(21)	(6)	5	86
Móveis e utensílios	328	43	-	-	(52)	(14)	-	305
Imobilizado em andamento	70	324	-	-	-	(5)	(328)	61
Outros	61	39	-	-	(10)	(3)	(57)	30
Total	3.465	586	-	(57)	(402)	(377)	(140)	3.075
Arrendamento – direito de uso:								
Edifícios	3.097	203	368	(43)	(434)	(110)	(14)	3.067
	3.097	203	368	(43)	(434)	(110)	(14)	3.067
Total	6.562	789	368	(100)	(836)	(487)	(154)	6.142

(*) R\$(95) foram transferidos para intangíveis e R\$(59) para ativo mantido para venda.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora							Saldo em: 31.12.2023
	Saldo em: 31.12.2022	Adições	Remen- surção	Impair- ment	Depre- ciação	Baixas	Transfe- rências (*)	
Terrenos	417	-	-	-	-	(190)	-	227
Edifícios	444	9	-	(8)	(17)	(71)	4	361
Benfeitorias em imóveis	1.446	64	-	-	(142)	(180)	210	1.398
Máquinas e equipamentos	905	116	-	-	(155)	(48)	99	917
Instalações	117	3	-	-	(21)	(12)	16	103
Móveis e utensílios	337	54	-	-	(52)	(18)	7	328
Imobilizado em andamento	118	429	-	-	-	(17)	(460)	70
Outros	32	41	-	-	(10)	(1)	(1)	61
Total	3.816	716	-	(8)	(397)	(537)	(125)	3.465
Arrendamento – direito de uso:								
Edifícios	3.010	472	260	-	(427)	(218)	-	3.097
	3.010	472	260	-	(427)	(218)	-	3.097
Total	6.826	1.188	260	(8)	(824)	(755)	(125)	6.562

(*) Dos R\$125, R\$134 foram transferidos para intangíveis e R\$(9) de ativo mantido para venda.

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2024			Saldo em 31.12.2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	189	-	189	227	-	227
Edifícios	354	(155)	199	683	(322)	361
Benfeitorias em imóveis	2.758	(1.454)	1.304	2.949	(1.551)	1.398
Máquinas e equipamentos	2.506	(1.605)	901	2.466	(1.549)	917
Instalações	360	(274)	86	370	(267)	103
Móveis e utensílios	942	(637)	305	926	(598)	328
Imobilizado em andamento	61	-	61	70	-	70
Outros	122	(92)	30	157	(96)	61
	7.292	(4.217)	3.075	7.848	(4.383)	3.465
Arrendamento – direito de uso:						
Edifícios	6.446	(3.379)	3.067	6.155	(3.058)	3.097
	6.446	(3.379)	3.067	6.155	(3.058)	3.097
Total	13.738	(7.596)	6.142	14.003	(7.441)	6.562

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	Saldo em: 31.12.2023	Adições	Remensuração	Impairment	Depreciação	Baixas	Transferências (*)	Saldo em: 31.12.2024
Terrenos	232	-	-	-	-	(35)	(5)	192
Edifícios	361	1	-	7	(12)	(155)	(4)	198
Benfeitorias em imóveis	1.406	70	-	(52)	(142)	(107)	130	1.305
Máquinas e equipamentos	917	104	-	(12)	(167)	(57)	116	901
Instalações	103	5	-	-	(20)	(7)	5	86
Móveis e utensílios	328	43	-	-	(52)	(14)	-	305
Imobilizações em andamento	69	324	-	-	-	(4)	(328)	61
Outros	60	39	-	-	(10)	(3)	(56)	30
Total	3.476	586	-	(57)	(403)	(382)	(142)	3.078
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Edifícios	3.101	203	370	(43)	(435)	(110)	(18)	3.068
	3.101	203	370	(43)	(435)	(110)	(18)	3.068
Total	6.577	789	370	(100)	(838)	(492)	(160)	6.146

(*) R\$(95) foram transferidos para intangíveis e R\$(65) para ativo mantido para venda.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldo em: 31.12.2022	Adições	Remen- suração	Impairment	Depreciação	Baixas	Trans- ferências (*)	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Desconsoli- dação Êxito (**)	Saldo em: 31.12.2023
Terrenos	422	-	-	-	-	(191)	(2)	198	(195)	232
Edifícios	445	26	-	(8)	(17)	(71)	7	251	(272)	361
Benfeitorias em imóveis	1.454	87	-	-	(142)	(184)	231	24	(64)	1.406
Máquinas e equipamentos	905	200	-	-	(156)	(55)	95	85	(157)	917
Instalações	117	5	-	-	(21)	(12)	18	(2)	(2)	103
Móveis e utensílios	338	82	-	-	(52)	(19)	(12)	30	(39)	328
Imobilizações em andamento	116	477	-	-	-	(17)	(480)	(1)	(26)	69
Outros	32	42	-	-	(10)	(2)	-	2	(4)	60
Total	3.829	919	-	(8)	(398)	(551)	(143)	587	(759)	3.476
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>										
Edifícios	3.015	487	382	-	(428)	(221)	-	181	(315)	3.101
Equipamentos	-	4	-	-	-	-	-	1	(5)	-
	3.015	491	382	-	(428)	(221)	-	182	(320)	3.101
Total	6.844	1.410	382	(8)	(826)	(772)	(143)	769	(1.079)	6.577

(*) R\$134 foram transferidos para intangíveis R\$(9) para ativo mantido para venda e R\$18 outros.

(**) Vide Nota 1.2

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2024			Saldo em 31.12.2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	192	-	192	232	-	232
Edifícios	353	(155)	198	683	(322)	361
Benfeitorias em imóveis	2.757	(1.452)	1.305	2.962	(1.556)	1.406
Máquinas e equipamentos	2.505	(1.604)	901	2.470	(1.553)	917
Instalações	360	(274)	86	371	(268)	103
Móveis e utensílios	942	(637)	305	927	(599)	328
Imobilizado em andamento	61	-	61	69	-	69
Outros	122	(92)	30	157	(97)	60
	7.292	(4.214)	3.078	7.871	(4.395)	3.476
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	6.449	(3.381)	3.068	6.164	(3.063)	3.101
	6.449	(3.381)	3.068	6.164	(3.063)	3.101
Total	13.741	(7.595)	6.146	14.035	(7.458)	6.577

14.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota 21.8.

14.3 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1 (R\$9 em 31 de dezembro de 2023). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 198,61% (175,90% em 31 de dezembro de 2023) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

14.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Adições (i)	789	1.188	789	1.410
Arrendamento	(203)	(472)	(203)	(491)
Juros capitalizados	(1)	(9)	(1)	(9)
Financiamento de imobilizado – Adições(ii)	(509)	(634)	(509)	(874)
Financiamento de imobilizado – Pagamentos(ii)	531	644	532	978
Total	607	717	608	1.014

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

14.5 Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$116 na controladora (R\$116 em 31 de dezembro de 2023) e de R\$116 no consolidado (R\$115 em 31 de dezembro de 2023), referente à depreciação de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

15. Intangível

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno e fundo de comércio (direito de uso das lojas).

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. Os ativos intangíveis são submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

	Controladora							Saldo 31.12.2024
	Saldo 31.12.2023	Adições	Impairment	Remensu- ração	Amorti- zação	Baixas	Transfe- rências	
Ágio (*)	519	-	-	-	-	-	(37)	482
Fundo de comércio	47	3	-	-	-	-	-	50
Softwares e implantação	1.020	75	(37)	-	(289)	(5)	95	859
	1.586	78	(37)	-	(289)	(5)	58	1.391
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Direito de uso Paes	310	-	-	(3)	(21)	-	-	286
Mendonça	11	-	-	-	(3)	(8)	-	-
Softwares				(3)	(24)	(8)	-	286
Total	1.907	78	(37)	(3)	(313)	(13)	58	1.677

(*)Em dezembro de 2024 em virtude da transação da venda de postos de combustíveis (nota 1.6) foi reclassificado o valor de R\$(37) para ativo mantido para venda referente ao ágio relacionado aos postos de combustíveis do estado de São Paulo e R\$95 foi reclassificado para imobilizado.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora						Saldo 31.12.2023
	Saldo 31.12.2022	Adições	Amorti- zação	Remensur ação	Baixas	Transfe- rências	
Ágio	519	-	-	-	-	-	519
Marcas	3	-	-	-	(3)	-	-
Fundo de comércio	47	-	-	-	-	-	47
Softwares e implantação	1.033	119	(262)	-	(4)	134	1.020
	1.602	119	(262)	-	(7)	134	1.586
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
Direito de uso Paes Mendonça	305	-	(32)	97	(60)	-	310
Softwares	14	-	(3)	-	-	-	11
	319	-	(35)	97	(60)	-	321
Total	1.921	119	(297)	97	(67)	134	1.907

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2024			Saldo em 31.12.2023		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	482	-	482	519	-	519
Fundo de comércio	50	-	50	47	-	47
Softwares e implantação	1.884	(1.025)	859	2.301	(1.281)	1.020
	2.416	(1.025)	1.391	2.867	(1.281)	1.586
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça(*)	512	(226)	286	515	(205)	310
Softwares	88	(88)	-	120	(109)	11
	600	(314)	286	635	(314)	321
Total	3.016	(1.339)	1.677	3.502	(1.595)	1.907

(*) vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado								
	Saldo 31.12.2023	Adições	Amortização	Impairment	Baixas	Remensuração	Transferências	Saldo 31.12.2024
Ágio (*)	541	-	-	-	-	-	(37)	504
Fundo de comércio	47	3	-	-	-	-	-	50
Software	1.064	92	(305)	(37)	(5)	-	95	904
	1.652	95	(305)	(37)	(5)	-	58	1.458
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Direito de uso Paes Mendonça	310	-	(21)	-	-	(3)	-	286
Softwares	11	-	(3)	-	(8)	-	-	-
	321	-	(24)	-	(8)	(3)	-	286
Total	1.973	95	(329)	(37)	(13)	(3)	58	1.744

(*)Em dezembro de 2024 em virtude da transação da venda de postos de combustíveis (nota 1.6) foi reclassificado o valor de R\$(37) para ativo mantido para venda referente ao ágio relacionado aos postos de combustíveis do estado de São Paulo e R\$95 foi reclassificado para imobilizado.

Consolidado									
	Saldo 31.12.2022	Adições	Amortização	Baixas	Remensuração	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências	Desconsolida- ção (*)	Saldo 31.12.2023
Ágio	541	-	-	-	-	19	-	(19)	541
Marcas	5	6	-	(5)	-	312	-	(318)	-
Fundo de comércio	47	-	-	-	-	-	-	-	47
Direitos contratuais	1	-	-	-	-	(1)	-	-	-
Software	1.073	151	(275)	(4)	-	14	133	(28)	1.064
	1.667	157	(275)	(9)	-	344	133	(365)	1.652
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>									
Direito de uso Paes Mendonça	305	-	(32)	(60)	97	-	-	-	310
Softwares	14	-	(3)	-	-	-	-	-	11
	319	-	(35)	(60)	97	-	-	-	321
Total	1.986	157	(310)	(69)	97	344	133	(365)	1.973

(*) Vide Nota 1.2

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2024			Saldo em 31.12.2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	504	-	504	541	-	541
Fundo de comércio	50	-	50	47	-	47
Direitos contratuais	2	(2)	-	2	(2)	-
Software	1.975	(1.071)	904	2.376	(1.312)	1.064
	2.531	(1.073)	1.458	2.966	(1.314)	1.652
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça(*)	512	(226)	286	514	(204)	310
Software	88	(88)	-	120	(109)	11
	600	(314)	286	634	(313)	321
Total intangível	3.131	(1.387)	1.744	3.600	(1.627)	1.973

(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.

15.1 Teste de recuperação do ágio

O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota 14.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios com duração indefinida foi alocado ao segmento operacional da Companhia.

O valor recuperável do segmento é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos cinco anos. As receitas foram projetadas considerando o histórico de vendas e projeção da inflação, sem considerar a expansão. O lucro bruto e as despesas operacionais foram projetadas considerando o percentual histórico ajustado com ganhos operacionais, eficiência e expectativa de inflação. O capital de giro considera a melhoria operacional em dias de custo da mercadoria vendida. Os investimentos (CAPEX) necessários para manutenção das UGCs foram baseados no plano de investimento para o ano de 2025 e no histórico médio de investimento no longo prazo. A taxa de desconto nominal aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,1% (8,4% em 2023), e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,7% (5,7% em 31 de dezembro de 2023). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizada nos demais testes de recuperabilidade da Companhia seguindo o prazo de utilização destes ativos.

15.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Adições	78	119	95	157
Total	78	119	95	157

16. Fornecedores e Fornecedores - Convênios

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de produtos	3.087	2.845	3.114	2.891
Fornecedores de serviços	199	211	206	217
Acordos comerciais (nota 16.2)	(344)	(379)	(344)	(379)
	2.942	2.677	2.976	2.729
Fornecedores – convênios (nota 16.1)	372	524	372	524

16.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela Companhia. Geralmente, essas transações são denominadas "forfait" / "confirming" / "risco sacado". As instituições financeiras passam a ser credores e a Companhia efetua os pagamentos nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor.

A Administração, com base no IAS7/CPC3(R2) e IFRS7/CPC40(R1), avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores originalmente contratados. Essas transações têm o propósito de facilitar o fluxo de caixa de seus fornecedores sem realizar a antecipação de pagamentos pela Companhia. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação.

Referidos saldos são classificados como "Fornecedores - Convênios" e os fluxos de caixa advindos destas transações é apresentado como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.

A Companhia tem o direito de receber um prêmio pela indicação dos fornecedores para essas operações de antecipação de títulos, a qual é reconhecida diretamente ao resultado, no valor de R\$13 em 31 de dezembro de 2024 (R\$11 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar relacionado a estas operações é de R\$372 (R\$ 524 em 31 de dezembro de 2023).

Os saldos de Fornecedores e Fornecedores – Convênio, são similares e não ultrapassam o prazo de 64 dias de vencimento em 31 de dezembro de 2024.

A companhia não enfrenta risco de liquidez significativo devido aos seus acordos de Fornecedores - Convênio, em decorrência da quantidade limitada de passivos sujeitos aos acordos de financiamento de fornecedores e o acesso ao grupo a outras linhas de créditos em prazos similares.

16.2 Acordos Comerciais

Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

17.1 Composição da dívida

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
<u>Debêntures e nota promissória</u>					
Debêntures e Certificados de recebíveis de imobiliário e Notas promissórias (nota nº17.4)	CDI + 1,67 %a.a.	3.308	3.350	3.308	3.350
		3.308	3.350	3.308	3.350
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Em moeda local</u>					
Capital de giro	CDI + 2,62% a.a.	225	1.753	225	1.753
Capital de giro	TR + 9,80%	4	7	4	7
Contratos de swap (nota nº 17.7)	CDI - 0,10% a.a.	-	(1)	-	(1)
Custo de captação		-	(6)	-	(6)
		229	1.753	229	1.753
<u>Em moeda estrangeira</u>					
(nota nº17.5)					
Capital de giro	USD + 1,87% a.a.	-	142	-	142
Contratos de <i>swap</i> (nota nº17.7)	EUR + 5,44% a.a.	508	-	508	-
Contratos de <i>swap</i> (nota nº17.7)	CDI + 1,60 % a.a.	(23)	28	(23)	28
		485	170	485	170
Total		4.022	5.273	4.022	5.273
Ativo Não circulante		23	1	23	1
Passivo circulante		849	972	849	972
Passivo não circulante		3.196	4.302	3.196	4.302

17.2 Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	5.273	5.273
Captações	1.829	1.829
Provisão de juros	530	530
Contratos de derivativos	(37)	(37)
Marcação a mercado	2	2
Variação cambial e monetária	53	53
Custo de captação	21	21
Amortizações de juros	(1.051)	(1.051)
Amortizações de principal	(2.598)	(2.598)
Em 31 de dezembro de 2024	4.022	4.022

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	5.863	5.863
Captações	484	1.718
Provisão de juros	804	952
Contratos de derivativos	12	26
Marcação a mercado	-	42
Variação cambial e monetária	(21)	(19)
Custo de captação	15	15
Amortizações de juros	(605)	(729)
Amortizações de principal	(1.250)	(1.375)
Amortizações de derivativos	(29)	(68)
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	209
Desconsolidação Éxito	-	(1.361)
Em 31 de dezembro de 2023	5.273	5.273

17.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos incluindo derivativos reconhecidos no ativo e passivo não circulante

Ano	Controladora	Consolidado
De 1 a 2 anos	1.902	1.902
De 2 a 3 anos	498	498
De 3 a 4 anos	637	637
Após 5 anos	155	155
Subtotal	3.192	3.192
Custo de captação	(19)	(19)
Total	3.173	3.173

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	Controladora e Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2024	31.12.2023
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 1ª série (*)(**)	Sem preferência	980	852.670	14/05/21	10/05/26	CDI + 1,70% a.a.	1.017	867	969
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 2ª série (*)	Sem preferência	520	520.000	14/05/21	10/05/28	CDI + 1,95% a.a.	1.017	529	529
5ª Emissão de Notas Promissórias – CBD – 1ª série	Sem preferência	500	-	30/07/21	30/07/25	CDI + 1,55% a.a.	-	-	677
5ª Emissão de Notas Promissórias – CBD – 2ª série	Sem preferência	500	-	30/07/21	30/07/26	CDI + 1,65% a.a.	-	-	679
19ª Emissão de Debêntures CRI 1ª Série - CBD	Sem preferência	377	376.616	24/02/23	11/02/28	CDI + 1,00% a.a.	1.044	393	395
19ª Emissão de Debêntures CRI 2ª Série - CBD	Sem preferência	123	123.384	24/02/23	13/02/30	CDI + 1,20% a.a.	1.257	155	138
20ª Emissão de Debêntures CBD - 1ª Série	Sem preferência	378	377.913.287	05/12/24	29/07/25	CDI + 1,55% a.a.	1	381	-
20ª Emissão de Debêntures CBD - 2ª Série	Sem preferência	758	758.316.316	05/12/24	29/07/26	CDI + 1,65% a.a.	1	765	-
20ª Emissão de Debêntures CBD - 3ª Série (***)	Sem preferência	250	250.000	05/12/24	29/11/27	CDI + 2,50% a.a.	1.009	252	-
Custo de captação								(34)	(37)
								3.308	3.350
Passivo circulante								834	31
Passivo não circulante								2.474	3.319

(*) O vencimento de cada série da 18ª emissão se dará em duas parcelas, sendo os vencimentos da 1ª série em 10/05/25 e 10/05/26 e da 2ª série em 10/05/27 e 10/05/28.

(**) Em 11/09/24 a Companhia realizou uma operação de aquisição facultativa de debêntures da 1ª série da 18ª emissão no mercado secundário, seguindo preços de mercado e inferior ao seu valor nominal unitário no momento da emissão. O total desembolsado foi de R\$101 para a aquisição de 100.000 debêntures, equivalente ao valor nominal total atualizado de R\$104 da emissão, representando 6,8% das debêntures em circulação desta Emissão. O ganho na transação no valor de R\$ 3 está registrado no resultado financeiro (nota 28).

(***) O vencimento da 3ª série da 20ª emissão se dará em duas parcelas, em 29/11/2026 e 29/11/2027.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

Em 2021 ocorreu a 18ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 séries, com prazo de vencimento entre 5 e 7 anos, no montante de R\$1.500 para distribuição pública com esforços restritos de colocação, a qual será utilizada no reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento.

Em 20 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 5ª emissão de notas promissórias comerciais, em 2 séries, com prazo de vencimento entre 4 e 5 anos, no montante total de R\$1.000 para distribuição pública com esforços restritos de colocação, a qual será utilizada no reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento. Em 05 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou de forma integral e antecipada os pagamentos das 2 séries dessa emissão.

Em 24 de janeiro de 2023, a CBD realizou a 19ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, as quais foram colocadas de forma privada junto à Virgo Companhia de Securitização, que por sua vez, subscreveu, integralizou e emitiu duas cédulas de crédito imobiliário para vinculá-los como lastro de operação de securitização para a emissão dos certificados de recebíveis imobiliários das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 80ª (octogésima) emissão. Os recursos captados por meio das Debêntures foram destinados diretamente ao reembolso, pela Companhia, de gastos, custos e despesas decorrentes do pagamento de aluguéis já incorridos de determinados imóveis, na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

A amortização da 1ª série da 18ª emissão de debêntures ocorre com pagamentos em duas parcelas em 2025 e 2026 com a remuneração semestral e a 2ª série da 18ª emissão ocorre com pagamentos em duas parcelas em 2027 e 2028 com a remuneração semestral. A amortização da 1ª série da 19ª emissão ocorrerá com pagamento exclusivo no vencimento com a remuneração semestral e a amortização e remuneração da 2ª série da 19ª emissão ocorrerão com pagamento exclusivo no vencimento. A amortização e remuneração das 1ª e 2ª séries da 20ª emissão ocorrerão com pagamento exclusivo no vencimento e a amortização da 3ª série ocorrerá com pagamentos em duas parcelas em 2026 e 2027 com remuneração a trimestral.

Em 07 de agosto de 2023 a Companhia realizou uma operação de aquisição facultativa de debêntures da 1ª série da 18ª emissão no mercado secundário, seguindo preços de mercado e inferior ao seu valor nominal unitário no momento da emissão. O total desembolsado foi de R\$21 para a aquisição de 27.330 debêntures, equivalente ao valor nominal total atualizado de R\$28 da emissão, representando 1,8% das debêntures em circulação desta Emissão. As debêntures objeto desta recompra foram canceladas em dezembro de 2023. O ganho na transação no valor de R\$7 está registrado no resultado financeiro.

Em 07 de novembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 20ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 séries, da espécie quirografária com prazo de vencimento em até 3 anos, no montante de R\$1.386 para distribuição pública. Os recursos captados por meio das Debêntures foram destinados ao pré-pagamento das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries das notas promissórias comerciais da 5ª (quinta) emissão da Companhia.

17.5 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2024, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (Euro) que, originalmente, foram contratados para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento. A variação cambial desses empréstimos é protegida através da contratação de instrumentos financeiros derivativos.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.6 Garantias

A Companhia não oferece garantias relevantes para seus contratos de empréstimos.

17.7 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em Euro e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2024 foi de 10,88% (13,04% em 31 de dezembro de 2023).

17.8 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira e capital de giro, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2024, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.106	2.794	2.631	2.971
Partes relacionadas	13	241	5	52
Contas a receber e outras contas a receber	1.117	1.137	1.165	1.224
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros-Hedge de valor justo	23	1	23	1
Outros ativos (Aplicações financeiras avaliadas a valor justo)	15	499	15	777
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	130	159	131	159
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas	(52)	(206)	(6)	(85)
Fornecedores	(2.942)	(2.677)	(2.976)	(2.729)
Fornecedores Convênio	(372)	(524)	(372)	(524)
Financiamento por compra de ativo	(156)	(112)	(156)	(112)
Debêntures e notas promissórias	(3.308)	(3.350)	(3.308)	(3.350)
Empréstimos e financiamentos	(229)	(1.747)	(229)	(1.747)
Arrendamento financeiro	(4.327)	(4.295)	(4.328)	(4.300)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos (Objeto de <i>Hedge accounting</i>)	(508)	(149)	(508)	(149)
Instrumentos Financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo	-	(28)	-	(28)
- Ponta Passiva Derivativos				

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota 18.3.

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Não há saldos a receber da operação ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado efetuando transações de acordo com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.
- Os saldos de Outros Contas a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

(iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2024. A estrutura de capital está assim demonstrada:

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.106	2.794	2.631	2.971
Contas a receber	368	420	408	458
Instrumentos financeiros derivativos	23	(27)	23	(27)
Empréstimos e financiamentos	(4.045)	(5.246)	(4.045)	(5.246)
Dívida líquida	(1.548)	(2.059)	(983)	(1.844)
Patrimônio líquido	(2.926)	(4.717)	(2.935)	(4.722)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	53%	44%	33%	39%

(v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

a) Controladora

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.175	3.744	345	5.264
Passivo de arrendamento	959	3.280	3.427	7.666
Fornecedores	2.942	-	-	2.942
Fornecedores convênio	372	-	-	372
Total	5.448	7.024	3.772	16.244

b) Consolidado

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.175	3.744	345	5.264
Passivo de arrendamento	957	3.284	3.429	7.670
Fornecedores	2.976	-	-	2.976
Fornecedores Convênio	372	-	-	372
Total	5.480	7.028	3.774	16.282

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (Euro) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de referência dos contratos era R\$478 (R\$189 em 31 de dezembro de 2023). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de swaps com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps ou forwards tradicionais para proteção de dívidas.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48 (IFRS 9), a dívida objeto da proteção é também

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
<i>Swap com contabilização de hedge</i>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		478	189	512	149
<i>Posição ativa (comprada)</i>					
Taxa prefixada	TR + 9,80%	22	22	4	7
US\$ + fixa	USD + 1,87% a.a.	-	167	-	142
EUR + fixa	EUR + 5,44% a.a.	456	-	508	-
		478	189	512	149
<i>Posição passiva (vendida)</i>					
	CDI + 1,59% a.a.	(478)	(189)	(489)	(176)
<i>Posição de hedge - ativo</i>					
		-	-	23	1
<i>Posição de hedge - passivo</i>					
		-	-	-	(28)
<i>Posição de hedge líquida</i>					
		-	-	23	(27)

ajustada a valor justo.

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$23 (a pagar de R\$27 em 31 de dezembro de 2023), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos".

(vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais “versus” CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

(viii) Outros riscos de Liquidez

Em função das operações de reestruturação societárias envolvendo Sendas Distribuidora S.A. e Grupo Casas Bahia S.A., bem como da operação de arrendamento de estabelecimentos comerciais contratada junto ao Grupo Paes Mendonça em 1999, é possível que terceiros demandem a Companhia em relação a contingências daquelas sociedades com base em alegações de solidariedade ou sucessão. A Companhia monitora questões conexas a esse tema em conjunto com assessores jurídicos externos.

18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considera um acréscimo de 10% e um decréscimo de 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$6,30 por Euro no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 14,68% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.12.2024	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de <i>swap</i> de taxa pré-fixada (ponta passiva)	CDI - 0,11% a.a.	(4)	(1)	(1)	(1)
Contrato de <i>swap</i> cambial (ponta passiva)	CDI + 1,60% a.a.	(485)	(73)	(80)	(67)
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,67% a.a.	(3.342)	(528)	(574)	(481)
Empréstimos bancários – CBD	CDI + 2,62% a.a.	(225)	(37)	(40)	(34)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(4.056)	(639)	(695)	(583)
Caixa e equivalentes de caixa (*)	97,12% do CDI	2.458	369	406	332
Aplicações Financeiras (*)	97,12% do CDI	15	2	3	2
Aplicações Financeiras					
Exposição líquida:		(1.583)	(268)	(286)	(249)

(*) média ponderada

18.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Nível
	31.12.2024	31.12.2024	
Ativos e passivos financeiros			
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	131	131	2
Swap de taxa de juros entre moedas	23	23	2
Aplicações Financeiras – CDB	15	15	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(508)	(508)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(3.537)	(3.537)	2
Total	(3.876)	(3.876)	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período findo em 31 de dezembro de 2024.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

18.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Risco	Valor de referência	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2024	31.12.2023
<u>Dívida</u>				
EUR - BRL	EUR\$ 75 milhões	2026	23	-
USD - BRL	US\$ 30 milhões	2024	-	(28)
Taxa de juros - BRL	R\$ 21	2026	-	1
<u>Aplicação Financeira</u>				
USD - BRL	US\$ 156 milhões	2024	-	20
Total			23	(7)

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio resultado do período findo em 31 de dezembro de 2024 resultaram em um ganho de R\$30 (perda de R\$48 em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

19.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09(ii)	-	38	-	38
Impostos parcelados – PERT(i)	103	116	103	116
IPI(iii)	48	54	48	54
ICMS	220	176	223	178
Acordo Paulista - Lei nº 17.843/2023 (iv)	624	-	624	-
Outros	10	9	12	11
	1.005	393	1.010	397
Circulante	380	324	385	328
Não circulante	625	69	625	69

- (i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF (nota 21.3). O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.
- (ii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº11.941/09) - a Lei nº11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, e concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporciona pela adesão a esse parcelamento. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia finalizou as suas obrigações assumidas neste parcelamento.
- (iii) A Companhia decidiu incluir débitos de IPI no Programa de Autorregularização (instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2.168, de 28 de dezembro de 2023) que concedeu benefícios como redução de multas e juros, além de possibilidade de pagamento com utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como, parcelamento em até 48 vezes. Os ganhos oriundos destes descontos não serão tributados pelo IRPJ/CSLL/PIS/COFINS conforme disposto na legislação.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) A Companhia aderiu ao programa de quitação de débitos de ICMS do governo do Estado de São Paulo ("Acordo"), conforme edital PGE/Transação nº 01/2024, previsto no artigo 43 da Lei nº 17.843/2023. O Acordo tem como objetivo a regularização voluntária pelos contribuintes, reduzindo discussões judiciais, com a concessão de benefícios para o pagamento dos débitos que se encontram na dívida ativa do Estado de São Paulo. Os principais benefícios do Acordo são: (i) desconto de 100% dos juros incorridos; (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal; e (iii) pagamento dos débitos em 120 parcelas mensais corrigidas pela taxa SELIC. A Companhia decidiu, após a análise individual dos processos judiciais, ponderando riscos e benefícios, pela adesão ao Acordo no valor de R\$ 3,6 bilhões, que representam substancialmente a totalidade dos débitos elegíveis neste contexto, obtendo, desta forma, uma redução de aproximadamente 80% do referido montante, totalizando em um passivo resultante de cerca de R\$791 no momento da adesão. A Companhia registrou uma despesa no valor de R\$258, sendo R\$66 reconhecido nas outras despesas operacionais e R\$192 relacionado a operação descontinuada dos hipermercados.

19.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	66
De 2 a 3 anos	72
De 3 a 4 anos	75
De 4 a 5 anos	72
Acima de 5 anos	340
	625

20. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. Após decisão desfavorável do STF, em fevereiro de 2023, acerca dos limites da Coisa Julgada, com modulação para aplicação de seus efeitos a partir de setembro de 2007, a Companhia passa a ser contribuinte da Contribuição Social a partir da alíquota de 9%, que deverá ser somada a alíquota do Imposto de Renda de 25% para perfazer o total de 34%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

20.1 Provisão de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Provisão de imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	2
Imposto de renda e contribuição social incertos – (ICPC22)	227	223	231	223
Programa de autorregularização	127	127	127	127
	354	350	358	352
Circulante	68	80	72	82
Não circulante	286	270	286	270

20.2 Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

Em atendimento ao IFRIC23/ICPC22 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, a Companhia possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado e por essa razão são classificados como chance de êxito maior que a chance de não êxito da causa (*more likely than not*).

IRPJ, CSLL - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$1.347 em 31 de dezembro de 2024 (R\$512 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia possui processos judiciais e administrativos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ e CSLL, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. Caso a Companhia venha a ser demandada a pagar tais diferenças, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia terá o direito de ser indenizada por Península Participações S.A. e Casino Guichard Perrachon S.A. O valor envolvido é de R\$2.552 em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.425 em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.3 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Prejuízo antes do IR e CSLL (operações continuadas)	(1.705)	(463)	(1.677)	(346)
Crédito de IR e CSLL	580	153	570	113
Multas fiscais indedutíveis	(15)	(20)	(15)	(27)
Equivalência patrimonial	34	249	22	261
Benefícios fiscais	-	4	-	4
Créditos Tributários	-	144	-	144
Constituição Base Negativa CSLL	-	305	-	305
IRPJ e CSLL diferidos não constituído sobre Prejuízo fiscal e Base negativa (*)	(543)	(400)	(543)	(400)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(20)	(5)	(22)	18
Imposto de renda e contribuição social efetivo	36	430	12	418
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Correntes	(70)	(187)	(93)	(193)
Diferidos	106	617	105	611
Crédito de imposto de renda e contribuição social	36	430	12	418
Taxa efetiva	2,11%	92,87%	0,72%	120,81%

(*) A Companhia cessou o registro referente ao crédito do prejuízo fiscal no segundo trimestre de 2023. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Com base nesse estudo a Companhia registrou um valor de R\$250 referente a baixa do valor recuperável (*impairment*) do prejuízo fiscal (nota 20.4).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.4 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	31.12.2024			31.12.2023		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (*)	715	-	715	965	-	965
Provisão para demandas judiciais	745	-	745	782	-	782
Amortização fiscal de ágio	-	(371)	(371)	-	(381)	(381)
Ajuste a marcação a mercado	-	(11)	(11)	-	(8)	(8)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(40)	(40)	-	(330)	(330)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(325)	(325)	-	(362)	(362)
Arrendamento mercantil / (direito de uso)	1.454	(1.113)	341	1.431	(1.110)	321
Outras	103	-	103	64	-	64
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.017	(1.860)	1.157	3.242	(2.191)	1.051
Compensação	(1.860)	1.860	-	(2.191)	2.191	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	1.157	-	1.157	1.051	-	1.051

(*) O montante de R\$715 é composto por R\$2.064 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bruta e um valor de R\$(1.349) referente ao reconhecimento de provisão ao valor recuperável (*impairment*), considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis.

	Consolidado					
	31.12.2024			31.12.2023		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (*)	745	-	745	995	-	995
Provisão para demandas judiciais	747	-	747	783	-	783
Amortização fiscal de ágio	-	(371)	(371)	-	(381)	(381)
Ajuste a marcação a mercado	-	(11)	(11)	-	(8)	(8)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(40)	(40)	-	(330)	(330)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(330)	(330)	-	(366)	(366)
Arrendamento mercantil / (direito de uso)	1.454	(1.113)	341	1.431	(1.110)	321
Outras	103	-	103	64	-	64
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.049	(1.865)	1.184	3.273	(2.195)	1.078
Compensação	(1.865)	1.865	-	(2.195)	2.195	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	1.184	-	1.184	1.078	-	1.078

(*) O montante de R\$745 é composto por R\$2.094 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bruta e um valor de R\$(1.349) referente ao reconhecimento de provisão ao valor recuperável (*impairment*), considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	36	36
De 2 a 3 anos	57	57
De 3 a 4 anos	110	110
De 4 a 5 anos	141	141
Acima de 5 anos	813	840
	<u>1.157</u>	<u>1.184</u>

20.5 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
No início do exercício	1.051	890	1.078	922
Crédito (despesa) no exercício – Operações continuadas	106	617	105	611
Crédito (despesa) no exercício – Operações descontinuadas	-	76	-	(24)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	-	-	-	101
Contingências – CSLL	-	(305)	-	(305)
Desconsolidação Éxito	-	(227)	-	(227)
Outros	-	-	1	-
No final do exercício	1.157	<u>1.051</u>	1.184	<u>1.078</u>

21. Provisão para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento quando os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos internos e externos foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.1 Controladora

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.108	802	238	2.148
Adições	490	539	159	1.188
Pagamentos	-	(454)	(77)	(531)
Reversões	(137)	(133)	(94)	(364)
Transferências (*)	(566)	-	-	(566)
Atualização monetária	34	88	41	163
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	842	267	2.038

(*) Refere-se a adesão na modalidade parcelada, ao programa disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo, através do artigo 43 da Lei nº 17.843/2023, transferidos para impostos parcelados, conforme nota explicativa 19.1.

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.761	658	194	2.613
Adições	94	657	91	842
Pagamentos	(93)	(66)	(56)	(215)
Reversões	(366)	(530)	(24)	(920)
Transferências (*)	(403)	-	-	(403)
Atualização monetária	115	83	33	231
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.108	802	238	2.148

(*) R\$127 refere-se à inclusão de débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos no Programa de Autorregularização e R\$223 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos incertos (ICPC22), ambos transferidos para a nota 20.1 (Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social) e R\$54 refere-se à transferência da inclusão de débitos de IPI no Programa de Autorregularização para a nota 19.1 (Impostos parcelados).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Consolidado

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.108	804	239	2.151
Adições	490	539	159	1.188
Pagamentos	-	(454)	(77)	(531)
Reversões	(137)	(133)	(94)	(364)
Transferências(*)	(566)	-	-	(566)
Atualização monetária	34	89	41	164
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	845	268	2.042

(*) Refere-se à adesão na modalidade parcelada, ao programa de disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo, através do artigo 43 da Lei nº 17.843/2023, transferidos para impostos parcelados, conforme nota explicativa 19.1.

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.761	668	200	2.629
Adições	98	659	98	855
Pagamentos	(93)	(67)	(62)	(222)
Reversões	(370)	(539)	(33)	(942)
Transferências (*)	(403)	-	-	(403)
Atualização monetária	114	84	33	231
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	7	1	2	10
Desconsolidação Éxito	(6)	(2)	1	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.108	804	239	2.151

(*) R\$127 refere-se à inclusão de débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos no Programa de Autorregularização e R\$223 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos incertos (ICPC22), ambos transferidos para a nota 20.1 (Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social) e R\$54 refere-se à transferência da inclusão de débitos de IPI no Programa de Autorregularização para a nota 19.1 (Impostos parcelados).

21.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

ICMS

Existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº17. Considerando os andamentos processuais ocorridos em 2024, a Companhia mantém provisão de R\$21 (R\$354 em 31 de dezembro de 2023), que representa a melhor estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo. A redução se deu ao fato de a Companhia aderir, na modalidade parcelada, ao programa disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo (nota 19).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além desse assunto, a Companhia possuía autuações relativas à glosa de crédito de energia elétrica, que, após Julgamento do STF, desafetando a ação relativa à matéria sob a alegação de ser tema infraconstitucional. A Companhia aderiu ao programa disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo (nota nº19), nesse contexto não possui provisionamento para o tema em 31 de dezembro de 2024 (R\$297 em 31 de dezembro de 2023).

Outros assuntos tributários

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$37 (R\$36 em 31 de dezembro de 2023).

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) crédito indevido (iii) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários; (iv) exigência do IPI na revenda de produtos importados; (v) discussões relativas a IPTU; (vi) outros assuntos. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2024 para esses assuntos é R\$871 (R\$421 em 31 de dezembro de 2023). O aumento se deu pelo fato da Companhia ter contabilizado os efeitos da Transação com União Federal nos termos do Edital nº 27/2024.

Indenizatório com Sendas

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2024 o valor total é de R\$26, sendo que R\$4 processos tributários, R\$7 trabalhista e R\$15 cível (R\$42, sendo que de processos tributários é R\$3, trabalhista R\$19 e cível R\$20 em 31 de dezembro de 2023).

21.4 Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$845 (R\$804 em 31 de dezembro de 2023). A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

21.5 Cíveis, regulatórias e outros

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias respondem a diversas ações cíveis ajuizadas por consumidores, fornecedores e prestadores de serviço, além de ajuizarem e responderem a ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre a vigência e sobre os valores de aluguéis em suas relações locatícias. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, após a realização da perícia judicial (laudo técnico) e quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação atualmente pago pela companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o montante da provisão para essas ações é de R\$28 (R\$32 em 31 de dezembro de 2023), para as quais não há depósitos judiciais.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais e administrativas relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (Ministério Público, ANVISA, PROCONs, INMETRO, Prefeituras e outros) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2024, o montante da provisão para essas ações é de R\$114 (R\$116 em 31 de dezembro de 2023).
- Em relação a valores provisionados remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31 de dezembro de 2024 é de R\$126 (R\$91 em 31 de dezembro de 2023).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2024 é de R\$268 (R\$239 em 31 de dezembro de 2023).

21.6 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$10.809 em 31 de dezembro de 2024 (R\$13.726 em 31 de dezembro de 2023), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$289 em 31 de dezembro de 2024 (R\$699 em 31 de dezembro de 2023). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão. A redução se deu pelo fato da Companhia ter contabilizado os efeitos da Transação com União Federal nos termos do Edital nº 27/2024.
- IRRF, II e IOF - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$184 em 31 de dezembro de 2024 (R\$261 em 31 de dezembro de 2023).
- COFINS, PIS e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, tributação de descontos recebidos de fornecedores, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$6.692 de 31 de dezembro de 2024 (R\$5.921 em 31 de dezembro de 2023).
- ICMS - o GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes de vendas financiadas e (v) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$3.165 em 31 de dezembro de 2024 (R\$6.367 em 31 de dezembro de 2023), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial. A redução se deu substancialmente ao fato de a Companhia aderir, na modalidade parcelada, ao programa disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo (nota 19).
- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo valor monta a R\$142 em 31 de dezembro de 2024 (R\$128 em 31 de dezembro de 2023) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Outras demandas judiciais – referem-se a (i) ações imobiliárias tendo por objeto a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e o pagamento de valores relacionados a contratos de locação e sublocação, (ii) ações no âmbito da justiça cível e juizado especial cível envolvendo prestadores de serviços, consumidores, fornecedores, Ministério Público e outros terceiros diversos e (iii) processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$337 de 31 de dezembro de 2024 (R\$350 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia. Em 31 de dezembro de 2024, o montante envolvido de processos tributários é R\$209 (R\$341 em 31 de dezembro de 2023).

Em função da cisão parcial da CBD ocorrida em 31 de dezembro de 2020 (“Cisão Parcial”), que culminou na separação das operações de Sendas, a Companhia tornou-se contratualmente responsável por determinadas perdas efetivamente incorridas (excluídos danos indiretos) por Sendas Distribuidora em decorrência de: (i) inexatidão ou violação das declarações e garantias prestadas; (ii) descumprimento de obrigações assumidas; (iii) demandas apresentadas por pessoas relacionadas à Companhia em relação a temas abrangidos por quitação mútua acordada entre as partes; (iv) atos, fatos ou omissões, superveniências passivas ou insubsistências ativas relativos a postos de combustíveis transferidos à Companhia, referentes a fatos geradores pretéritos; (v) passivos ambientais relacionados a determinados imóveis transferidos a Sendas, referentes a fatos geradores pretéritos; (vi) atos, fatos ou omissões, superveniências passivas ou insubsistências ativas relativos a Êxito, referentes a fatos geradores pretéritos; e (vii) atos, fatos ou omissões, superveniências passivas ou insubsistências ativas relativos ou decorrentes da Separação de Negócios Multivarejo e/ou dos negócios da Companhia, referentes a fatos geradores pretéritos.

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências relativas a estas perdas somavam R\$1.363, sendo R\$1.362 relativos a contingências tributárias e R\$1 relativos a contingências cíveis (R\$1.494, sendo R\$1.398 relativos a contingências tributárias e R\$96 relativos a contingências Cíveis em 31 de dezembro de 2023).

Ainda que a Cisão Parcial tenha estabelecido a ausência de responsabilidade solidária, nos termos do art. 233, p.ú. da Lei 6.404/76, é possível que a Companhia venha a ser acionada diretamente por contingências de responsabilidade de Sendas, e incorra em perdas delas decorrentes (sem prejuízo de eventuais direitos de regresso ou a indenização frente a Sendas, quando aplicáveis), bem como que Sendas venha a incorrer em perdas decorrentes de contingências de responsabilidade da Companhia, que gerem para a Companhia a obrigação de indenizá-las.

Nesse sentido, destaque-se, por exemplo, que, de acordo com o artigo 132 do Código Tributário Nacional, a Companhia e Sendas são solidariamente responsáveis perante as autoridades fiscais, pelas contingências tributárias decorrentes de atos, fatos e eventos ocorridos até a data da cisão.

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2024 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$188 (R\$165 em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência da Cisão Parcial, a Companhia e Sendas Distribuidora S.A. se comprometeram a envidar esforços comercialmente razoáveis, no prazo de até 18 meses contados de 31 de dezembro de 2020, para liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover a contraparte da posição fiadora, em relação a passivos ou obrigações. Caso não as garantias não fossem substituídas no prazo, passaria a ser devido o pagamento de fee, de forma líquida, a título de remuneração das garantias prestadas por ambas as partes. Na hipótese de a Companhia e Sendas Distribuidora S.A. passassem a não ter mais controle comum do Grupo Casino, as partes se comprometeram a liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover as garantias até então não substituídas ou prestadas, observados os prazos estabelecidos no Acordo de Separação.

A Companhia e Sendas Distribuidora S.A. deixaram de ser controladas pelo Grupo Casino no exercício social de 2023, e estão envidando seus melhores esforços para substituição das garantias cruzadas remanescentes.

21.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais, registrados em seu ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributárias	141	122	141	122
Trabalhistas	162	338	165	341
Cíveis e outras	26	53	26	54
Total	329	513	332	517

21.8 Garantias

Ações	Imóveis		Carta de fiança / Seguro garantia		Total	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributárias	7	509	11.868	10.645	11.875	11.154
Trabalhistas	-	-	1.458	1.207	1.458	1.207
Cíveis e outras	9	9	445	449	454	458
Total	16	518	13.771	12.301	13.787	12.819

Do valor de R\$ 11.868, o valor de R\$4.611 está relacionado principalmente as garantias do Acordo Paulista (Lei nº17843/2023) e impostos parcelados federais (PERT e Lei nº11.941) descritos na nota 18. Essas garantias serão liberadas após a quitação integral do parcelamento.

O custo do seguro e das cartas fiança é aproximadamente 0,60% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.9 Grupo Casas Bahia

A Companhia deixou de exercer o controle societário do Grupo Casas Bahia ("GCB") em junho de 2019. Naquela ocasião foi firmado um Acordo Operacional que previa a substituição de garantias corporativas e locatícias prestadas por GPA a terceiros em relação a obrigações do GCBAs garantias corporativas já foram substituídas e as locatícias ficaram exoneradas em 2020, não restando mais nenhuma obrigação do GPA sobre referido assunto.

O GCB ainda faz uso da marca Extra para a venda de produtos por ela comercializados em razão do Contrato de Licença de Uso da marca Extra, que permite ao GCB realizar atividades de comércio eletrônico pelo domínio Extra.com. Com o término do Acordo Operacional o GPA também pode promover comércio eletrônico de eletroeletrônicos em quaisquer plataformas.

A CBD é titular de crédito contra o GCB decorrente de trânsito em julgado de determinada ação tributária, cujos valores foram calculados por empresa especializada contratada pelas partes envolvidas e estão sendo discutidos com GCB para o devido repasse. A CBD também é responsável, por outro lado, por eventuais superveniências passivas incorridas até determinada data, se transitadas em julgado, em nome da antiga Globex. Companhia registrou tais superveniências passivas na medida em que a administração as considerou como provável de perda pelo andamento processual e/ou reuniram documentação que suportaram tal perda. O repasse daquele crédito tributário por GCB para a Companhia e a indenização das superveniências passivas pela Companhia ao GCB são objeto de dois procedimentos arbitrais atualmente em curso entre GCB e a Companhia. Naquela ocasião foi firmado um Acordo Operacional que previa a substituição de garantias corporativas e locatícias prestadas por GPA a terceiros em relação a obrigações do GCB.

22. Arrendamentos

22.1 Arrendamentos

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas 14 e 15), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$4.328 em 31 de dezembro de 2024 (R\$4.300 em 31 de dezembro de 2023), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Passivo de arrendamento mercantil - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	454	473	451	474
De 1 a 5 anos	1.799	1.798	1.801	1.800
Mais de 5 anos	2.074	2.024	2.076	2.026
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	4.327	4.295	4.328	4.300
Encargos futuros de financiamento	3.339	3.416	3.342	3.417
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil	7.666	7.711	7.670	7.717
PIS e COFINS embutidos no valor presente dos contratos de arrendamento	263	261	263	261
PIS e COFINS embutidos no valor bruto dos contratos de arrendamento	466	469	466	469

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota 28. A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 13,06% no período findo em 31 de dezembro de 2024 (12,73% em 31 de dezembro de 2023).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 7,31% (6,05% em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio dos contratos considerados é de 10,01 anos (7,3 anos em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	4.295	4.300
Captação	203	203
Remensuração	365	367
Provisão de juros	511	511
Amortizações	(878)	(880)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(135)	(135)
Passivo disponível para venda	(18)	(22)
Outros	(16)	(16)
Em 31 de dezembro de 2024	4.327	4.328
Passivo circulante	454	451
Passivo não circulante	3.873	3.877

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	4.030	4.037
Captação	472	491
Remensuração	357	479
Provisão de juros	474	554
Amortizações	(900)	(1.166)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(138)	(142)
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	179
Desconsolidação Éxito	-	(132)
Em 31 de dezembro de 2023	4.295	4.300
Passivo circulante	473	474
Passivo não circulante	3.822	3.826

22.3 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receitas e (Despesas) do período:	Reapresentado		Reapresentado	
Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	(5)	(14)	(5)	(15)
Receita com subarrendamentos (*)	64	74	64	74

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receitas a apropriar

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola, são reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Compromisso de venda futura de imóveis	27	35	27	35
Contrato de prestação de serviço – <i>Parcerias</i>	28	35	28	35
Receita com operadoras de cartão de crédito e bancos	-	-	143	131
Cartão Presente	30	40	30	40
Outros	4	2	4	2
	89	112	232	243
Circulante	30	37	173	168
Não circulante	59	75	59	75

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024, é representado por 490.198 (270.139 em 31 de dezembro de 2023) milhares de ações nominativas sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social é de R\$2.511 (R\$ 1.807 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em 13 de março de 2024, a Companhia concluiu a oferta primária de 220.000 ações ao preço alvo de R\$ 3,20, totalizando o montante de R\$704. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$2.511, dividido em 490.198 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Direito de ações

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Em relação ao direito a dividendos, o Estatuto Social prevê que 25% do lucro líquido anual ajustado deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo obrigatório ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer exercício social.

b. Reservas de lucros

(i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.

(ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e

circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

c. Opções outorgadas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1) / (IFRS 2) – Pagamentos com base em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes:

Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício"). As opções de ações outorgadas vigentes nesse plano podem representar o máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Em 29 de abril de 2024 foi aprovado um novo plano de incentivo que estabelece condições gerais para a outorga de ações e/ou de opções de compra de ações ("Plano"), cujos termos e condições específicos devem ser instituídos através de Programas de Incentivos Atrelados a Ações e/ou Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), ambos sujeitos à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. As ações e/ou opções outorgadas no âmbito da coletividade dos Programas componentes do Plano estão limitadas a 3,5% das ações do capital subscrito da Companhia.

Com a aprovação do Plano pela Assembleia Geral, foi ratificado o Programa de Remuneração Baseada em Ações da Companhia – Performance Shares – 2024, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2024. Tal Programa estabelece que cada série de outorga de ações receberá a letra "D" seguida de um número. A primeira outorga de ações sob os termos deste Programa receberá a letra D1 e as séries subsequentes a letra D e o número subsequente. A quantidade de ações outorgadas por cada série a cada um de seus beneficiários será recalculada após o período de 36 meses contados da data da outorga, de acordo com um fator multiplicador de desempenho baseado no TSR (Total Shareholder Return - Retorno Total aos Acionistas) da ação da Companhia em comparação a um grupo de empresas de mercado também listadas na bolsa de valores, afetando todas as ações outorgadas. Em junho de 2024 foram outorgadas 17.157 milhares de ações no âmbito de tal Programa, sob a série D1.

As informações relativas aos planos vigentes estão resumidas a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Séries outorgadas	Data da outorga	data de exercício (*)	Preço de exercício na data da outorga	31.12.2024				
				Quantidade de opções (em milhares)				
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas	Vigentes
Série B9	01/07/2023	01/07/2026	0,01	487	-	-	-	487
Série B10	31/05/2023	31/05/2026	0,01	4.875	(59)	-	-	4.816
Série D1 - 1º Tranche	01/06/2024	31/05/2027	-	5.719	-	-	-	5.719
Série D1 - 2º Tranche	01/06/2024	31/05/2028	-	5.719	-	-	-	5.719
Série D1 - 3º Tranche	01/06/2024	31/05/2029	-	5.719	-	-	-	5.719
				22.519	(59)	-	-	22.460

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações – GPA

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

Em 31 de dezembro de 2024, havia 160 mil ações em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação da Companhia na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$2,55 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2024 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2024	
	Série B	Série D
Quantidade de ações total	490.198	490.198
Saldo das séries outorgadas em vigor	5.303	17.157
Percentual máximo de diluição	1,08%	3,50%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B9: (a) expectativa de dividendos de 2,59%, (b) expectativa de volatilidade de 45,86% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,97%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B10: (a) expectativa de dividendos de 2,59%, (b) expectativa de volatilidade de 78,97% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 10,58%.

O valor justo de cada ação concedida é R\$ 3,39 estimado na data de concessão usando o *modelo Monte Carlo* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série D1: (a) expectativa de dividendos de 0,00%, (b) expectativa de volatilidade de 53,97% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,39%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2024 é de 2,94. A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$0,01.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Em milhares	R\$	Em anos
Total a exercer em 31 de dezembro de 2023	5.362	0,01	2,43
Outorgadas durante o período	17.157	-	
Exercidas durante o período	(59)	0,01	
Total a exercer em 31 de dezembro de 2024	22.460	0,01	2,94

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$20 (R\$14 em 31 de dezembro de 2023).

d. Programa de remuneração baseado na variação do valor das ações (*Phantom Stock Options*)

Em contrato celebrado entre a Companhia e determinados administradores elegíveis em 16 abril de 2024, foi aprovado o programa de incentivo de longo prazo que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia.

Conforme os termos do programa, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *phantom Shares*, sem custos, condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como colaborador da Companhia. Cada *phantom Share* equivale a uma ação ordinária de emissão da Companhia, estando sujeitas à valorização e flutuação de preço no tempo. Foram outorgadas 9.114.149 *phantom shares*, com período de carência (“*vesting*”) total de três anos. Sendo 25% da parcela exercível após 12 meses, 25% após 24 meses e os 50% restante após 36 meses. A última parcela, referente aos 50%, está atrelada a performance da ação podendo variar de 0% a 200%.

Em 31 de dezembro de 2024 o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo não circulante e representa o montante de R\$16.

24.1 Reserva de subvenção (incentivos fiscais)

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser caracterizados como subvenções para investimentos, não alcançados pela tributação do imposto de renda e da contribuição social.

Os respectivos montantes desses incentivos deverão ser alocados, no patrimônio líquido, em conta de reserva de incentivos fiscais. Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.

Esse mesmo dispositivo legal prevê que os valores computados na reserva de incentivos fiscais não deverão compor a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submeter valores que venham a ser destinados aos sócios ou acionistas à tributação pelo IRPJ e CSLL.

Em 29 de junho de 2018 a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados a Companhia nos anos de 2013 a 2017.

Em dezembro de 2018 a Companhia destinou mais R\$10 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2019.

Em dezembro de 2020 a Companhia destinou mais R\$9 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de abril de 2021.

Em dezembro de 2021 a Companhia destinou mais R\$2.282 para reserva de incentivos fiscais, a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, base acumulada do valor de crédito lançado no imposto de renda do exercício.

Em dezembro de 2022 a Companhia destinou mais R\$613 para reserva de incentivos fiscais, sendo R\$ 235 referente a incentivos fiscais gerados em anos anteriores a 2022 transferidos da reserva de expansão e R\$378 a serem constituídos à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Em 29 de Abril de 2024 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a compensação do prejuízo líquido acumulado registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, mediante a utilização das seguintes reservas de lucros: (i) retenção de lucros: R\$1.931; e (ii) reserva de expansão: R\$ 511.

Em 18 de fevereiro de 2025 foi aprovada na reunião do Conselho da Administração da Companhia a compensação do prejuízo líquido do exercício mediante a utilização das seguintes reservas de lucro: (i) reserva de expansão: R\$114; e (ii) reserva de subvenção R\$ 2.293.

Em 31 de dezembro o saldo da reserva subvenção é de R\$ 290, a serem reconstituídas à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

24.2 Dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

Em 2024 e 2023 não houve base para a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita de venda de bens e/ou serviços

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Receita bruta de vendas:				
Mercadorias	19.819	19.058	19.819	19.058
Prestação de serviços e outros	159	153	297	253
Devoluções e cancelamento de vendas	(68)	(152)	(68)	(152)
	19.910	19.059	20.048	19.159
Impostos sobre vendas	(1.247)	(1.358)	(1.258)	(1.366)
Receita líquida	18.663	17.701	18.790	17.793

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

A Acordo Comercial recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Custo com estoques	(12.379)	(12.000)	(12.394)	(12.008)
Despesas com pessoal	(2.767)	(2.495)	(2.819)	(2.521)
Serviços de terceiros	(403)	(288)	(421)	(294)
Despesas funcionais	(789)	(782)	(790)	(785)
Despesas comerciais	(589)	(642)	(590)	(640)
Outras despesas	(285)	(419)	(292)	(433)
	(17.212)	(16.626)	(17.306)	(16.681)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(13.584)	(13.084)	(13.618)	(13.096)
Despesas com vendas	(3.037)	(3.021)	(3.040)	(3.011)
Despesas gerais e administrativas	(591)	(521)	(648)	(574)
	(17.212)	(16.626)	(17.306)	(16.681)

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Parcelamento de impostos e contingências tributárias (*)	(468)	(25)	(468)	(25)
Gastos com integração e reestruturação	(251)	(374)	(252)	(374)
Resultado com ativo imobilizado (**)	(220)	188	(218)	186
Outros	-	-	(1)	-
Total	(939)	(211)	(939)	(213)

(*) Conforme nota explicativa 19.1 a Companhia aderiu, na modalidade parcelada, ao programa de Transação disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo, através do artigo 43 da Lei nº 17.843/2023. A Companhia registrou uma despesa no valor de R\$(66) referente a esse tema. Conforme nota explicativa 21.3 a Companhia registrou os efeitos da Transação com União Federal nos termos do Edital nº 27/2024 relativo ao INSS contribuições previdenciárias. O valor registrado foi uma despesa de R\$(192).

(**) O resultado com ativo imobilizados em 2023 é composto principalmente por duas transações. Em junho de 2023, a Companhia celebrou uma transação de Sale and Leaseback mediante a assinatura de Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis para subsequente locação tendo como objeto a venda de 11 lojas próprias de supermercados do GPA a um fundo privado com valor total de R\$330. O ganho nessa operação foi de R\$85. Em setembro de 2023 a Companhia alienou definitivamente o imóvel de sua propriedade localizado na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, onde anteriormente funcionava um hipermercado da bandeira Extra. Tal transação foi celebrada pelo valor de R\$247 (nota 1.4). O ganho sobre a operação foi de R\$ 66. Em 2024 foi registrado o valor de R\$(137) referente a perda do valor recuperável de ativos (nota 14.1 e nota 15).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(568)	(835)	(583)	(851)
Custo com antecipação de recebíveis	(73)	(73)	(73)	(74)
Atualizações monetárias passivas	(243)	(187)	(244)	(188)
Juros sobre passivo de arrendamento	(487)	(452)	(488)	(452)
Outras despesas financeiras	(90)	(73)	(91)	(74)
Total de despesas financeiras	(1.461)	(1.620)	(1.479)	(1.639)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de equivalentes de caixa e aplic. financeira	145	327	209	400
Atualizações monetárias ativas	25	226	28	229
Outras receitas financeiras	-	1	1	4
Total de receitas financeiras	170	554	238	633
Total	(1.291)	(1.066)	(1.241)	(1.006)

Os efeitos do *hedge* são contabilizados na rubrica “Custo da dívida” e estão divulgados na nota 18.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.
- Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2024	31.12.2023
		Reapresentado
Numerador básico		
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. continuadas	(1.669)	71
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	(738)	(2.342)
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas	(2.407)	(2.271)
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	446	270
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - operações continuadas	(3,74106)	0,26299
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - operações descontinuadas	(1,65422)	(8,67474)
Lucro (prejuízo) básico por ações (R\$) - total	(5,39528)	(8,41175)
Numerador diluído		
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. continuadas	(1.669)	71
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	(738)	(2.342)
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas	(2.407)	(2.271)
Denominador diluído		
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	446	270
Opções de compra de ações	17	5
Média ponderada diluída das ações (milhões)	463	275
Lucro (prejuízo) diluído por ações (R\$) - operações continuadas	(3,74106)	0,25784
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - operações descontinuadas	(1,65422)	(8,67474)
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - total	(5,39528)	(8,41690)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30. Informações sobre os segmentos

A Administração considera que possui apenas um segmento denominado “Varejo”, que inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Mercado Extra”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar” e “Posto Extra”, e “Posto Pão de Açúcar”. Os resultados da bandeira “Posto Extra” e “Posto Pão de Açúcar” estão sendo apresentados como operação descontinuada, visto as negociações em curso que objetivam a venda de postos de combustíveis (nota 1.6).

Conforme descrito na nota 1.2, o Grupo Êxito, anteriormente apresentado como um segmento separado, está sendo apresentado como operação descontinuada, sendo considerado um segmento até conclusão da distribuição das ações detidas pela Companhia aos acionistas diretos dela que ocorreu em 30 de outubro de 2023.

Os “outros negócios” compreendem a operação da Stix e o resultado de equivalência da Cdiscount. Em 25 de novembro de 2023 a Administração concluiu as negociações para a venda de sua participação societária indireta na Cnova (nota 1.3).

As eliminações do resultado e do balanço são apresentadas dentro do próprio segmento.

As despesas relacionadas a descontinuidade das operações do Grupo Êxito e o imposto sobre lucro auferido no exterior pago no Brasil são considerados no segmento Grupo Êxito.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 14 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Varejo		Operação descontinuada Êxito		Outros negócios		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	Reapresentado						Reapresentado	
Receita líquida de vendas	18.683	17.724	-	-	107	69	18.790	17.793
Lucro bruto	5.087	4.627	-	-	85	70	5.172	4.697
Depreciação e amortização	(1.029)	(995)	-	-	(16)	(12)	(1.045)	(1.007)
Equivalência patrimonial	64	51	-	-	-	717	64	768
Lucro operacional	(442)	(56)	-	-	6	716	(436)	660
Resultado financeiro líquido	(1.254)	(1.016)	-	-	13	10	(1.241)	(1.006)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(1.696)	(1.072)	-	-	19	726	(1.677)	(346)
IR e CSLL	19	422	-	-	(7)	(4)	12	418
Lucro (prejuízo) de op. Continuadas	(1.677)	(650)	-	-	12	722	(1.665)	72
Lucro (prejuízo) de op. Descontinuadas	(738)	(651)	-	(1.555)	-	-	(738)	(2.206)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.415)	(1.301)	-	(1.555)	12	722	(2.403)	(2.134)
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante	5.924	7.359	-	-	192	164	6.116	7.523
Ativo não circulante	13.507	14.448	-	-	80	79	13.587	14.527
Passivo circulante	6.128	6.015	-	-	228	210	6.356	6.225
Passivo não circulante	10.412	11.102	-	-	-	1	10.412	11.103
Patrimônio líquido	2.891	4.690	-	-	44	32	2.935	4.722

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Transações não caixa

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota 14.4;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota 15.3;
- Novos contratos de arrendamento mercantil: na nota 22.2
- Programa de Transação disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo: na nota 19.1

32. Ativos mantidos para venda ou distribuição

Ativos não-circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata ou para distribuição aos acionistas em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas ou distribuição de tais ativos sendo altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda ou distribuição, o prazo estimado para que a venda ou distribuição seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda ou distribuição aos acionistas envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independente se a Companhia reterá participação como não-controladora em sua antiga subsidiária após a venda ou distribuição. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

A companhia tem negociações em curso que objetivam a venda de postos de combustíveis localizados em diversas regiões do Brasil por meio de várias transações com diferentes potenciais compradores (nota 1.6).

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Postos de Combustíveis	114	-	122	-
Ativos mantidos para venda ou distribuição	114	-	122	-
Postos de Combustíveis	106	-	117	-
Passivos mantidos para venda ou distribuição	106	-	117	-

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Operações descontinuadas

(a) Operação descontinuada Postos de combustíveis:

A companhia apresenta a operação de postos como atividade descontinuada. Segue a demonstração do resultado

Demonstração do Resultado

	31.12.2024	31.12.2023
Receita líquida de vendas	1.506	1.457
Lucro bruto	128	120
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22	14
Lucro do período	22	14

(b) Operação descontinuada Extra Hiper, ex-subsidiárias e Postos de Combustíveis

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper, e o resultado líquido está apresentado como operação descontinuada. GPA é responsável também por contingências tributárias e trabalhistas da sua antiga subsidiária Globex. GPA tem negociações em curso que objetivam a venda de postos de combustíveis. Os efeitos líquidos de impostos dessas operações descontinuadas totalizaram uma despesa R\$738 em 31 de dezembro de 2024 relacionada principalmente a adesão na modalidade parcelada, ao programa de Transação disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo no valor de R\$192 (vide nota nº19.1) e as contingências tributárias e indenizações trabalhistas (despesa de R\$665 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Reconciliação do lucro(prejuízo) líquido de operações descontinuadas:

Reconciliação do lucro (prejuízo) Líquido das operações descontinuadas

	31.12.2024	31.12.2023
Grupo Êxito(*)	-	(1.555)
Operação descontinuada Extra Hiper e ex-subsidiárias	(760)	(665)
Postos de Combustíveis	22	14
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	(738)	(2.206)

(*) O valor é composto pela reciclagem do resultado abrangente composto principalmente pelo ajuste acumulado de conversão do balanço em pesos colombianos do momento da aquisição até a perda do controle no montante de R\$(1.360), outros itens do resultado abrangente no montante de R\$23, remensuração da parcela remanescente no montante líquido da baixa do investimento no valor de R\$(746) e o lucro líquido do período findo em 31 de julho de 2023 no montante de R\$528.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2024, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura	
		Controladora	Consolidado
Imobilizado e estoques	Riscos operacionais	11.230	11.232
Lucro	Lucros cessantes	5.417	5.417
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	333	333

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil geral no valor de R\$228, responsabilidade civil administradores no valor de R\$134 e risco de proteção de danos e responsabilidade cibernética (Cyber) no valor de R\$60. Totalizando o valor de cobertura R\$422.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.